

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Ana Laura Pacheco Alves

**Saneamento básico no Campeche e o planejamento participativo: demandas para o  
Serviço Social**

Florianópolis/SC

2012/1

Ana Laura Pacheco Alves

**Saneamento básico no Campeche e o planejamento participativo: demandas para o  
Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Teresa dos Santos

Florianópolis/SC

2012/1

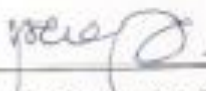
Ana Laura Pacheco Alves

**Saneamento básico no Campeche e o planejamento participativo: demandas para  
o Serviço Social**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à avaliação e aprovado pela  
Comissão Examinadora para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pelo  
Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

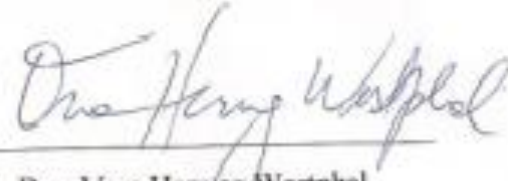
Florianópolis, 05 de julho de 2012.

Comissão Examinadora



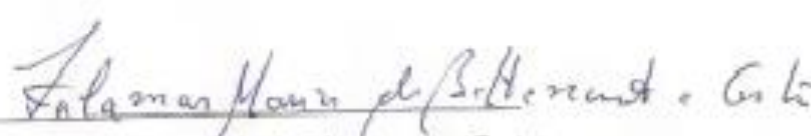
---

Prof.ª. Dra. Maria Teresa dos Santos  
Presidente da Banca



---

Prof.ª. Dra. Vera Herweg Westphal  
Membro



---

Prof.ª. MSc Zulamar Maria de Bittencourt e Castro  
Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus, por me guiar e iluminar em cada etapa deste processo árduo, mas gratificante.

Aos meus pais, Maristela e José Augusto, pela dedicação e compreensão nesta jornada, por acreditarem no meu potencial, assim como em meus sonhos e, o mais importante, por terem me proporcionado condições de realizá-los. Agradeço a eles as palavras de apoio e os ensinamentos nos momentos difíceis, que me fortaleceram e me fizeram seguir em frente. Sem eles, teria sido impossível chegar até aqui e sou muito grata por terem lutado em prol da minha educação. A eles dedico todas as minhas conquistas e superações.

As minhas irmãs, Mariana e Maria Augusta, que estiveram sempre ao meu lado.

Ao meu namorado, Emilio, que de forma especial esteve sempre presente em todos os momentos, me incentivando, dando força e coragem e me apoiando nas minhas decisões. Sem ele essa conquista não teria o mesmo sentido.

A tia Fernanda, por me ter proporcionado um ambiente apropriado para os estudos, no qual me sinto acolhida. Ao carinho e às palavras de amparo que me dirigiu nos momentos difíceis. E ao tio Luiz Neri, pelas orientações, pelos conselhos e ensinamentos no decorrer do curso.

As minhas queridas amigas, Daiana, Juliane, Kleici, Melissa, Pricila, Ruana e Taiana, que me acompanharam nessa trajetória. Obrigada pelos conselhos dados, pelos grupos de estudos de sábado à tarde, pelos sorrisos que me proporcionaram, pelas choradeiras coletivas, sem razão, e por terem tornado minhas manhãs mais alegres e agradáveis.

À professora e orientadora Maria Teresa dos Santos, que acompanhou meu desenvolvimento, dividindo comigo seu conhecimento e sabedoria, pelo incentivo na construção do trabalho e pelas orientações que me proporcionaram uma reflexão acerca da profissão e contribuíram muito para o meu processo de formação. A ela meus sinceros agradecimentos e minha admiração por ser a mestre exemplar e a profissional dedicada que é.

As assistentes sociais da CASAN, Julie e Fabiana, pelos ensinamentos e pelo apoio, e aos colegas de trabalho, pela amizade.

A todos que de alguma forma contribuíram para o meu processo de formação.

**Muito obrigada**

## **RESUMO**

O presente trabalho buscou realizar uma aproximação crítica acerca do processo de participação dos segmentos organizados do bairro Campeche/Florianópolis-SC no projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário - SES e Socioambiental proposto pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e instituído pelo Programa de Aceleração de Crescimento - PAC e das possíveis demandas para o Serviço Social. Para tanto, foram realizadas pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas semiestruturadas junto a segmentos organizados do Campeche, procurando compreender as causas da resistência por parte dos sujeitos quanto aos projetos. A pesquisa se caracteriza como qualitativa e de caráter exploratório e trouxe elementos acerca do saneamento básico em Florianópolis/SC, visando apresentar um pouco desta realidade e da empresa executora deste serviço que, atualmente, passou por um processo de privatização, típica da ideologia neoliberal, trazendo riscos para a população usuária deste serviço. Foram apresentados dados obtidos no Plano Integrado de Saneamento Básico de Florianópolis (2009), por meio dos quais se verificou que, no decorrer da história, o saneamento básico sempre se destacou negativamente, não atingido um bom índice de cobertura urbana, sendo que esta situação se agravou com o crescimento desordenado da cidade. E o Programa de Aceleração do Crescimento foi criado para acelerar o crescimento do País, a partir do investimento em infraestruturas, como o saneamento básico, visando amenizar as desigualdades no acesso a este direito. Analisaram-se também os processos participativos no Campeche, no que se refere ao Plano Diretor Participativo, que possui uma perspectiva restrita quanto ao uso e à ocupação do solo, mostrando a importância da luta da população do Campeche nos processos participativos em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida e apresentando a proposta alternativa para o esgotamento sanitário no Campeche, que consiste em um modelo descentralizado. Finalmente, procurou-se analisar as possíveis demandas para o Serviço Social, aparecendo o planejamento participativo como elemento central de análise.

**Palavras-chave:** Saneamento básico. Planejamento Participativo. Serviço Social.

## **LISTA DE SIGLAS**

AMOCAM – Associação de Moradores do Campeche

ASC – Associação do Surf do Campeche

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CF 88- Constituição Federal de 1988

CMSB – Conselho Municipal de Saneamento Básico

DIAPC – Divisão de Apoio ao Poder Concedente

DISMT – Divisão de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho

DR – Divisão de Planejamento e de Relações com o Poder Concedente

FUCAS – Fundação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GRC – Gerência de Relações com o Poder Concedente.

GRH – Gerência de Recursos Humanos

ISA-Campeche – Instituto Sócio-Ambiental do Campeche

MCQV- Movimento Campeche Qualidade de Vida

MOSAL – Movimento Saneamento Alternativo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

PMISB – Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico

SES – Sistema de Esgotamento Sanitário

SINTESPE – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de Santa Catarina

TAC – Teatro Álvaro de Carvalho

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>1. SANEAMENTO BÁSICO EM FLORIANÓPOLIS/SC</b>	11
1.1. Breve histórico: saneamento básico em Florianópolis/SC	11
1.2. Órgão executor do saneamento em Florianópolis – A CASAN	16
1.3. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/Saneamento.	20
1.4. PAC-Campeche	23
1.4.1. Projeto Técnico	23
1.4.2. Trabalho Socioambiental	25
<b>2. O PROCESSO PARTICIPATIVO NO CAMPECHE</b>	29
2.1. Considerações históricas acerca do Plano Diretor Participativo	30
2.2. As lutas na defesa do meio ambiente no Campeche	35
2.3. Proposta alternativa para o esgotamento sanitário	40
<b>3. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO: DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL</b>	44
3.1. A perspectiva do planejar	45
3.2. Planejamento, participação e Serviço Social	46
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	57
<b>REFERÊNCIAS</b>	60
<b>APÊNDICE A</b>	65
<b>APÊNDICE B</b>	66
<b>APÊNDICE C</b>	67
<b>APÊNDICE D</b>	68
<b>APÊNDICE E</b>	69
<b>APÊNDICE F</b>	70

## INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso aqui apresentado é resultado das reflexões realizadas durante o estágio na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e ao longo da trajetória do curso de Serviço Social e, mais especificamente, durante a pesquisa exploratória realizada no intuito de se proceder a uma análise da participação dos moradores do bairro Campeche e Sul da Ilha de Santa Catarina, no desenvolvimento do Projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário – SES e Socioambiental proposto pela CASAN e instituído pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/Ministério das Cidades, e das possíveis demandas para o Serviço Social. Neste sentido, apresentam-se aspectos e reflexões a respeito da participação, do planejamento, da educação socioambiental e do Serviço Social, com vistas a produzir conhecimento nesta área aqui compreendida como um desafio para os assistentes sociais.

De forma específica, o presente trabalho se propôs a: compreender a visão dos representantes dos segmentos organizados do Campeche acerca da proposta de Sistema de Esgotamento Sanitário – SES do PAC/CASAN; identificar e analisar a(s) forma(s) de participação da população local no Projeto PAC/CASAN; e por fim, identificar as demandas para o Serviço Social.

A pesquisa foi motivada pela experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, realizado na CASAN, durante o período de agosto/2011 e primeiro semestre de 2012, quando se percebeu, pelas leituras dos relatórios de trabalho e das notícias publicadas em jornais, que havia dificuldade de articulação entre a CASAN e a comunidade<sup>1</sup> beneficiada pelas obras, dificuldade essa expressa pela resistência, por parte dos segmentos populacionais do Campeche, à proposta apresentada pela Empresa.

Observando a organização comunitária, a mobilização social e a dificuldade de adesão da população do Campeche em relação aos projetos propostos pela CASAN, surgiram os seguintes questionamentos: qual o motivo de tal resistência e qual a visão dos segmentos organizados da comunidade acerca da proposta apresentada pela empresa? Quais estratégias de participação foram adotadas pela comunidade? E quais as possíveis demandas para o Serviço Social?

---

<sup>1</sup> A presente pesquisa utilizará a terminologia comunidade, visto que esta foi utilizada pelas lideranças entrevistadas. A terminologia será utilizada para designar um conjunto de pessoas que vivem em uma mesma região e possuem interesses comuns.



Para responder a tais questões, foram realizadas, com lideranças, entrevistas semiestruturadas cuja amostra foi definida dentre os sujeitos do Campeche e Sul da Ilha de Santa Catarina que participaram dos diversos movimentos em defesa do direito à cidade. A entrevista semiestruturada foi considerada adequada para esta investigação, pois “desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados”. (GIL, 1989, p. 117). As entrevistas foram gravadas e transcritas. Também foi realizado levantamento bibliográfico acerca dos temas da participação, planejamento e Serviço Social. Foram ainda analisados documentos primários, como: Projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário, Projeto de Trabalho Técnico Social e relatórios mensais acerca do Trabalho Socioambiental desenvolvido, visando compreender as categorias básicas explicitadas nesse trabalho. Para esta compreensão foram consultados trabalhos de autores que tratam do planejamento e da participação, entre eles: Danilo Gandin; Pedro Demo; Maria Luiza de Souza; Mário da Costa Barbosa e outros.

Os sujeitos estão referenciados no decorrer do trabalho como: Sujeito A, Sujeito B, Sujeito C, Sujeito D e Sujeito E.

O presente trabalho está estruturado em três seções. Na primeira seção, faz-se uma análise acerca da realidade do saneamento básico em Santa Catarina, abordando a realidade de Florianópolis quanto ao Sistema de Esgotamento Sanitário – SES; caracterizando a instituição CASAN, que é a responsável pelo desenvolvimento de trabalhos na área do saneamento básico no Estado de Santa Catarina; e destacando o Programa de Aceleração do Crescimento desenvolvido pelo Governo Federal, o qual tem como objetivo sustentar o crescimento do Brasil, levando em consideração o investimento em infraestruturas, como: saneamento, habitação, energia, mobilidade, que repercutem diretamente no desenvolvimento econômico do País. Esse programa vem investindo no saneamento básico catarinense, juntamente com a CASAN e a partir disso, foi apresentada a proposta de trabalho da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, no âmbito do Sistema de Esgotamento Sanitário do bairro Campeche e do Projeto Socioambiental, sendo estes realizados juntos.

Na segunda seção, analisam-se os processos participativos do Campeche e região, suas estratégias e propostas, enfatizando o Plano Diretor Participativo, que é apresentado como um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, para o qual o Distrito do Campeche vem se mobilizando e debatendo proposta através do Núcleo Gestor. Para melhor compreensão, faz-se uma breve caracterização daquela localidade e de seus processos organizativos, e ainda se apresenta a proposta do Sistema de Esgotamento Sanitário

descentralizado idealizado pela comunidade, nas oficinas realizadas. Esta seção teve como referência principal os estudos de Tirelli; Burgos; Barbosa (2007).

Na terceira e última seção, com base nos elementos trazidos pela pesquisa realizada, faz-se uma análise sobre a participação nos processos de planejamento e as possíveis demandas para o Serviço Social, trazendo elementos acerca da atuação profissional do Serviço Social na CASAN, uma vez que, desde 2007, este serviço vem atuando na elaboração, monitoramento e avaliação de projetos socioambientais interligados às obras de saneamento financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Conceitua-se ainda planejamento, enfatizando o nível da participação e a postura do Serviço Social diante desses processos que vem sendo colocados como desafios para os profissionais. Os principais autores referenciados nesta seção são: Barbosa (1991); Bonder (2004); Bordenave (1994); Burgos (2007); Demo (2001); Gandin (2001); Iamamoto (2008); Raichelis (2011); Souza (2004).

## 1. SANEAMENTO BÁSICO EM FLORIANÓPOLIS/SC

*“A comunidade é totalmente favorável ao projeto, a comunidade não quer o emissário submarino, mas nós queremos um tratamento de esgoto”. (Sujeito B)*

Esta seção tem como objetivo contextualizar o saneamento básico em Santa Catarina, especificamente em Florianópolis, apresentando dados acerca desta modalidade que não acompanhou o crescimento, caracterizado como desordenado da cidade, e que vem se destacando negativamente nos censos. Será apresentada uma breve caracterização da CASAN, Companhia responsável pelos serviços de saneamento na região. E para finalizar, será apresentada a proposta de trabalho da CASAN para a comunidade do Campeche, no âmbito do projeto de SES e Socioambiental, que são viabilizados em parceria com o Governo Federal, por intermédio do PAC, que vem buscando investir em infraestrutura para acelerar o desenvolvimento do Brasil.

### 1.1. Breve histórico: saneamento básico em Florianópolis/SC

Sanear vem do latim *sanu*, que significa tornar saudável, habitável, higienizar, limpar. De acordo com a Lei Federal nº 11.445 (2007), que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em seu artigo 3º, considera-se saneamento básico:

Conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) **abastecimento de água potável**: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; b) **esgotamento sanitário**: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; c) **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; d) **drenagem e manejo das águas pluviais urbanas**: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Santa Catarina<sup>2</sup> é uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil, localizada no centro da região Sul do país. É o vigésimo estado brasileiro com maior extensão territorial e o décimo primeiro mais populoso, além de ser o nono mais povoado, com 293 municípios. A população total do estado é de 6.316.906 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (2011). As dimensões territoriais abrangem uma área de 95.703 km<sup>2</sup>, representando 16.975% da região Sul e 1.126% de todo o território brasileiro.

A capital do Estado de Santa Catarina é Florianópolis, conhecida também como “Ilha da Magia” e antigamente chamada de Nossa Senhora do Desterro. A cidade conta com uma parte insular (Ilha de Santa Catarina) e outra parte continental incorporada à cidade em 1927, com a construção da ponte pênsil Hercílio Luz, que ligou a ilha ao continente. A população total do município é de 427.298 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (2011). Sua área é de 672 km<sup>2</sup>, representando 0.702% do estado, 0.119% da região Sul e 0.008% de todo o território brasileiro. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o IBGE (2000), é de 0,875. Florianópolis é uma das três capitais insulares do Brasil e vem se firmando cada vez mais como centro de turismo.

Segundo dados expostos no Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico – PMISB, (2009) o Estado de Santa Catarina, até meados do Século XVIII, era praticamente ausente nas ações relacionadas ao saneamento. A primeira medida estrutural efetuada pelo poder público em relação ao saneamento básico da cidade de Florianópolis deu-se em 1862, quando a cidade ainda era chamada de Nossa Senhora do Desterro: foram construídos três trapiches sobre o mar e a partir destes, os esgotos brutos eram lançados, à noite, no mar. Anos depois, o esgoto passou a ser acumulado em barris que, à noite, eram transportados pelos concessionários até os locais de despejo, como praias e trapiches construídos para esta finalidade. Na época, os barris eram transportados pelos chamados “tigres”, que eram escravos que suportavam a dura tarefa que lhes era imposta.

Em 1906, através da Lei Estadual nº 687, o Estado foi autorizado a implantar os serviços de esgoto em Florianópolis. No dia 14 de setembro de 1915, foi assinada a Lei nº 1.045, que autorizava o Poder Executivo a contrair empréstimos para dotar as principais cidades do Estado com serviços de energia elétrica, água e esgoto. Neste sentido, em 1911 o Governador em vigência, Vidal José de Oliveira Ramos (1910-1914), contrata o engenheiro Luis José da Costa para projetar, orçar e coordenar as obras de implantação do “Primeiro Sistema de Esgotos Sanitários de Florianópolis”. Este sistema de esgotos sanitários foi

---

<sup>2</sup> As informações acerca do Estado de SC e da cidade de Florianópolis/SC foram colhidas nos seguintes sítios eletrônicos: [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br) e [www.pmf.sc.gov.br](http://www.pmf.sc.gov.br).

projetado, na época, para atender uma população de até 27.000 habitantes, com um horizonte de 20 anos, ou seja, a partir de 1912 até o ano de 1932, mas por razões de financiamento as obras ficaram paralisadas. Em meados de 1914 os esgotos brutos ainda eram armazenados em barris e levados em carroças para serem lançados no mar através dos trapiches existentes. Finalmente, em setembro de 1915, as obras foram reiniciadas, contando com empréstimos feitos junto ao Banco do Brasil, mas somente em 1916 é que Florianópolis foi contemplada com o primeiro sistema público de esgotos sanitários. O sistema entrou em operação, beneficiando, de imediato, cerca de 1.000 moradias, mas somente na área central da cidade. Verificou-se que até 1917, apenas 1.137 moradias tinham sido conectadas à rede coletora de esgoto, o que representava apenas 38% do total das moradias existentes na área atendida. Isto significava uma fraca adesão da população urbana da área insular de Florianópolis ao sistema de esgoto implantado. Como forma de corrigir esta fraca adesão, em outubro de 1917 foi criada a Lei Estadual nº 1.178, que obrigava os moradores a ligarem os seus esgotos à rede coletora existente. Desde a data de sua implantação até o ano de 1950, a rede coletora do Sistema de Esgotos Sanitários da Cidade de Florianópolis sofreu uma série de ampliações, sempre atendendo parcialmente as necessidades da população.

Nos anos subsequentes, a Estação de Tratamento de Esgoto - ETE de Florianópolis teve sua capacidade totalmente esgotada e apresentou sérios problemas de manutenção. Tal situação levou ao bombeamento de parte do esgoto bruto diretamente para o mar. Em 1957, a ETE, por problemas operacionais, simplesmente foi abandonada e parou de funcionar, e os esgotos brutos passaram a ser jogados no mar.

Em função da crescente necessidade de desenvolvimento de obras de engenharia sanitária em todo o território catarinense, diversos órgãos foram criados e substituídos para este fim, dentre eles: Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas – SNVOP, que era vinculada a Diretoria de Obras Públicas – DOP (1935); Serviço de Água e Esgoto – SAE (1955); Diretoria de Água e Esgoto – DAE (1960); Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária – DAES (1962); Departamento Estadual de Obras e Saneamento – DEOS (1962); Serviço Integrado de Engenharia Sanitária de Santa Catarina (1963); Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (1965); Centro Tecnológico de Saneamento Básico (1968); Fundo Estadual de Financiamento de Água e Esgoto – FAE (1968). E em 31 de dezembro de 1970, através da Lei Estadual nº 4.547, foi criada a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, que atua até os dias atuais no setor de água e esgoto, como se detalha a seguir.

A CASAN funcionava como Agente Promotor do Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina. No primeiro ano de atuação da CASAN, foram apresentados os principais indicadores dos serviços de água e esgoto administrados pela empresa, podendo-se verificar que a cobertura em água, nos serviços operados pela CASAN, era de 19,9%, e em esgoto, era de 2,3%.

Em abril de 1971, foi apresentado, pelo Governo Federal, o Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, sendo o Estado de Santa Catarina e, mais especificamente, o Município de Florianópolis, um dos primeiros a ser contemplado com recursos financeiros do plano, os quais foram aplicados na área de esgotamento sanitário. A partir do estabelecimento das novas metas do PLANASA, em 1975, a cobertura no Estado de Santa Catarina era de 2,6% e em Florianópolis, de 16,5%.

Nas últimas décadas, o Estado de Santa Catarina, assim como a cidade de Florianópolis, passou por um grande processo de urbanização que ocorreu de forma desordenada, concentrada e com ausência de planejamento, o que implicou em uma demanda por serviços não atendida. Com efeito, a partir da década de 1990, o número de migrantes para Santa Catarina cresceu, especificamente para a Capital, fato que contribuiu para o agravamento das condições de pobreza, o que, consequentemente, resulta em uma ocupação irregular, carência de infraestrutura urbana e equipamentos sociais. Em Florianópolis, 97% da população residem em área urbana (IBGE 2000). Acredita-se que este processo trouxe mais desordem do que organização e as demandas por infraestrutura, como saneamento básico, energia elétrica, habitação, só aumentaram. A infraestrutura de saneamento básico é uma das que não acompanhou o crescimento acelerado das cidades, em especial, os serviços de coleta e tratamento dos esgotos. A cobertura no Estado de Santa Catarina é uma das mais baixas do país, tendo em vista que dos 293 municípios do Estado, apenas 8% são atendidos com serviços de esgoto, índice este inferior à média nacional, que é de 19%.

O Estado de Santa Catarina tem uma grande dívida social com sua população. A baixa cobertura de esgoto em Santa Catarina faz parte do retrato da situação nacional, em que mais de 98 milhões de brasileiros não são atendidos com o sistema de esgotos sanitários e apenas 35% do esgoto coletado é tratado.

Atualmente, no que diz respeito à coleta e ao tratamento dos esgotos domésticos, Santa Catarina continua se destacando negativamente, atingindo uma cobertura atual de 18,2% da população urbana do Estado, e em relação ao abastecimento de água, possui cobertura atual de 98,4% da população. (CASAN, 2011).

Não resta dúvida de que os serviços de saneamento sempre se apresentaram deficitários, especialmente no âmbito do esgotamento sanitário.

Este déficit é preocupante, tendo em vista que o saneamento básico é um conjunto de medidas para conservar o meio ambiente, e vem sendo apresentado como um fator determinante e condicionante da saúde, a partir da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Por meio do saneamento básico evita-se a proliferação de doenças, como: ancilostomíase, ascaridíase, amebíase, cólera, diarreia infecciosa, disenteria bacilar, esquistossomose, estrogiloidíase, febre tifóide, febre paratifóide, salmonelose, teníase e cisticercose. De acordo com o manual de saneamento básico da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (2007, p.10):

A maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia que com mais de quatro bilhões de casos por ano, é uma doença que aflige a humanidade. Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento.

Também segundo a FUNASA, “no Brasil as doenças resultantes da falta ou inadequação de saneamento especialmente em áreas pobres, têm agravado o quadro epidemiológico”. (2007, p. 10).

Em suma, o saneamento básico é serviço considerado essencial, tendo em vista a necessidade imperiosa deste por parte da população, além da importância para a saúde de toda a sociedade e para o meio ambiente.

Entretanto, a infraestrutura de saneamento básico é ruim, porque os recursos investidos nesta modalidade são insuficientes e mal distribuídos, fato este que resulta em mazelas sociais. Frente à realidade da má administração destes serviços, pelo Estado, abrem-se as portas para que o Governo privatize, como uma alternativa de qualificar os serviços, reafirmando, assim, o mito de que a privatização melhora.

A conclusão a que se chega é a de que as empresas públicas devem melhorar os indicadores de gestão para, assim, conseguirem recursos e, dessa maneira, atenderem mais regiões com serviços de qualidade. A gestão pública administrativa da empresa deve ser fortalecida, de modo a expandir o acesso e qualificar os serviços prestados no âmbito do saneamento básico, especificamente, do esgotamento sanitário.

## **1.2. Órgão executor do saneamento em Florianópolis – A CASAN**

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN foi criada em 31 de dezembro de 1970, por meio da Lei Estadual nº 4.547, com o objetivo de coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado. Sua atuação se dá por meio de convênios de concessão firmados com as prefeituras municipais. Atualmente, os serviços prestados pela empresa cobrem 200 municípios, sendo 199 catarinenses e 01 paranaense, que estão divididos em quatro Superintendências Regionais de Negócios, nas regiões Norte/Vale do Rio Itajaí, Oeste, Sul/Leste e Metropolitana da Grande Florianópolis. A matriz da Companhia também está localizada em Florianópolis.

A empresa atende uma população de 2,3 milhões de habitantes com distribuição de água tratada e 319 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário (CASAN, s/d).

Com o objetivo de promover a integração com os municípios em relação às políticas ambientais, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, foi a primeira empresa estadual a implantar o modelo de gestão compartilhada. Trata-se de uma parceria entre Estado e Prefeitura, objetivando que a política ambiental de Santa Catarina seja gerenciada por um conselho gestor municipal de serviços públicos essenciais, incluindo ações que até então eram de responsabilidade da empresa estadual de saneamento, como os serviços de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

A CASAN é uma empresa de economia mista cujo capital é composto por ações que são executadas pelo governo do Estado, sendo o restante dividido entre um grupo de acionistas. A instituição passou por uma privatização típica da ideologia neoliberal quando, em 2011, o atual Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, encaminhou o Projeto de Lei 0236.8/2011 a Assembleia Legislativa, pretendendo entregar em torno de 35% das ações da empresa pública a um acionista privado, minoritário, o qual teria autonomia plena para controlar a empresa. Além disso, o governo, através da proposta de emenda constitucional 007.5/2011, pretende retirar da Constituição Estadual o poder legislativo e da população o direito de decidir sobre eventuais mudanças nos Estatutos e no controle acionário da CASAN. (SINTESPE, 2011).

Em conformidade com o artigo 1º do Projeto de Lei 0236.8/2011, encaminhado a Assembleia Legislativa:



Fica autorizado o Poder Executivo a alienar ações da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, por meio de leilão, a sócio estratégico, resguardando-se ao Estado de Santa Catarina, diretamente ou por meio de sociedades controladas, a propriedade e posse de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações do capital votante.

O governo e a mídia buscaram convencer os cidadãos de que era apenas uma venda de ações. E para tanto, reafirmaram o mito de que a “privatização melhora”. Em entrevista pública, realizada em 2011, no sítio eletrônico “Economia SC”, com o Sr Ênio Branco, presidente da SC Parcerias, o mesmo salienta que “Colombo quer capitalizar a CASAN para melhorar o atendimento da água (...). Ele busca parcerias com agentes privados para o compartilhamento de capital. O poder continua com o Estado, ele ainda é o controlador da CASAN”.

A crise do capitalismo procura reforçar o discurso da eficiência do mercado. A água é um bem de todos os cidadãos, e merece, por isso mesmo, todo cuidado e atenção, não se podendo permitir que ele vire um objeto de comércio privado. Privatizar a água é uma ação contra a cidadania<sup>3</sup>, e por ser um direito universal, os cidadãos devem reivindicá-lo e lutar contra a privatização desse bem tão precioso: a água.

Um dos sujeitos entrevistados na presente pesquisa posicionou-se a esse respeito:

*“Na minha história de vida eu fui muitas vezes para frente da CASAN defender a CASAN contra a privatização, defender como pública. Eu defendo até hoje, a empresa deve ser pública e ampliar e atender cada vez mais municípios, recuperar as concessões de água com os municípios e aumentar seu quadro de técnicos. A CASAN é sucateada porque seus líderes, são políticos e têm compromisso com a iniciativa privada (...) Não tenho nada contra o quadro da CASAN, eu sou contra as administrações políticas dentro da CASAN”. (Sujeito B)*

---

<sup>3</sup> De acordo com MARSHALL (1967, p. 63-64), o conceito de cidadania é dividido em três partes: “Chamarei estas três partes, ou elementos, de civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”.

Verifica-se que o sujeito reconhece a importância das instituições serem públicas e ampliarem sua atuação pelo Estado de Santa Catarina, apenas o Governo não reconhece tal importância e limita-se à produção de lucro, pondo em risco o direito dos cidadãos.

Essa privatização encontra-se relacionada com a perspectiva neoliberal, e segundo Emir Sader (1998, p. 35), “seu surgimento está delimitado pelo esgotamento do Estado de bem-estar social (Welfare State)<sup>4</sup>”.

De acordo com Fernandes (1998, p. 55-56), os pilares fundamentais do neoliberalismo, são:

Em primeiro lugar, uma marcha acelerada de reversão das nacionalizações efetuadas no pós-guerra. Esta maré privatizante marca uma ruptura muito clara com as estratégias industriais anteriores, que valorizavam as empresas públicas como instrumentos fundamentais para um desenvolvimento econômico soberano[...]  
O segundo pilar da viragem neoliberal é a crescente tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseada na superioridade da “eficiência do mercado” em relação ao “burocratismo do Estado”. O terceiro é a tendência à reversão de padrões universais de proteção social estabelecidos com a emergência, em diversos países no pós-guerra, dos Estados de bem estar social. Em função da crise fiscal destes, avolumam-se pressões para a particularização de benefícios sociais.

O neoliberalismo defende a não participação do Estado na economia, a total liberdade de comércio (livre mercado) para garantir o crescimento econômico e o corte dos gastos com as necessidades básicas da sociedade civil; a educação, a previdência social, a assistência social passam a não serem mais prioridades. Desta forma, os gastos com estas políticas são reduzidos ao máximo, tendo, assim, um Estado máximo para o capital e mínimo para o social. O neoliberalismo apresenta como uma de suas características a política de privatização das empresas estatais. Esta ideologia traz sérias consequências para os países que se encontram em processo de desenvolvimento, tais como: desemprego, baixos salários, aumento das disparidades sociais, entre outras.

No Brasil, o neoliberalismo teve início no governo Collor (1990-1992), analisado por Oliveira (1998, p. 25), como aquele que “(...) simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as

---

<sup>4</sup> De acordo com Wilenski (1975), *apud* DRAIBE (1993, p. 6) “a essência do ‘Welfare State’ é um padrão mínimo – garantido pelo estado – de renda, alimentação, saúde, alojamento e instrução, assegurado a qualquer cidadão como um direito político e não como beneficiência”. Para Flora e Heidenheimer (1986), *apud* DRAIBE (1993, p. 9) “o Welfare State pode ser interpretado como a resposta a crescente demanda por igualdade sócio-econômica ou, como quer Marshall, como a institucionalização dos direitos sociais após o desenvolvimento dos direitos civis e políticos”. DRAIBE (1993, p.9) ressalta que “o ‘Welfare’ é bem mais do que um mero produto da democracia de massas. Constitui-se pela transformação fundamental do próprio Estado, de sua estrutura, de suas funções e de sua legitimidade”.

políticas sociais”. O governo Collor ignorou os preceitos constitucionais no âmbito das políticas sociais, caracterizados pelo Sistema de Seguridade Social.

Nesta direção, Therborn conclui que “as práticas neoliberais têm gerado um desastre social – desintegração social numa escala massiva” (1998, p. 154).

Acredita-se que a ideologia neoliberal e consequentemente a privatização podem trazer riscos aos programas e princípios propostos pela empresa, visto que não geram lucro. De acordo com o sítio eletrônico da CASAN<sup>5</sup>, a missão da empresa é “fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”. A empresa tem como filosofia “contribuir para o desenvolvimento da sociedade catarinense, desenvolvendo iniciativas junto às comunidades, sempre com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população”. Dentre as ações desenvolvidas pela empresa, cabe destacar o Programa Integrado para População de Baixa Renda – PROSANEAR, que se destina a “promover ações integradas de saneamento para as comunidades de baixa renda, caracterizadas pela precariedade e inexistência de condições sanitárias e ambientais”.

Em janeiro de 2007, o Governo Federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC que previa um investimento em infraestrutura, conglomerando, entre outros, o saneamento. Em julho de 2007, houve a liberação de recursos para obras de saneamento para o Estado de Santa Catarina, sendo assim, a partir de 2007, programas governamentais voltados ao atendimento da população de baixa renda, como o PROSANEAR, foram substituídos por projetos mais abrangentes, financiados com recursos do PAC. Desde 2008, em parceria com as Prefeituras Municipais, projetos socioambientais são desenvolvidos vinculados ao PAC, como será discutido no item 1.4.2 deste trabalho.

A CASAN está presente no PAC, instituído pelo Governo Federal, através do Ministério das Cidades, para a expansão da infraestrutura através da ampliação e implantação dos sistemas de abastecimento de água e na coleta e tratamento de esgotos sanitários. Cabe destacar que o profissional de Serviço Social compõe o quadro funcional da CASAN, visto que atua nas obras do PAC, desenvolvendo projetos socioambientais, conforme será abordado nas próximas seções.

---

<sup>5</sup> [www.casan.com.br](http://www.casan.com.br)

### 1.3. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/Saneamento.

Em 22 de janeiro de 2007, a partir do decreto nº 6.025, institui-se o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2006-2010). O que levou à necessidade da criação do PAC no âmbito do saneamento foram os baixos índices de coberturas, especificamente na área de esgotamento sanitário, e a busca contínua pela garantia da universalização desse serviço, prevista na Lei nº 11.445 (2007).

O governo Lula (2003-2010), segundo Braz (2007), é a continuidade dos interesses neoliberais implementados no governo Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) e aprofundados no governo FHC (1995-2002). O autor ainda destaca que o segundo mandato apresenta uma nova característica, que é a de possuir uma ampla base política na representação dos segmentos populares e na gestão do planejamento de sua política, garantido, assim, sua legitimidade. A nova fase do estado neoliberal encontra-se marcada pela recuperação parcial do papel estatal como garantidor/financiador dos espaços de acumulação de capital do País. Mas cabe destacar que há posturas diferentes acerca do PAC. Assim, Durão (2007) defende que o “PAC representa uma guinada política importante e uma aparente ruptura com a negação do papel ativo do Estado, características da visão estratégica neoliberal”. O autor ainda afirma que nesta nova conjuntura, fortalecerá a visão desenvolvimentista, que prioriza investimentos em infraestrutura.

A partir de 2006, com o objetivo de superar as dificuldades que condicionam o país, a prioridade do governo foi o crescimento da economia por meio de programas e projetos, tais como: Programa Bolsa Família<sup>6</sup>, Fome Zero<sup>7</sup>, entre outros. É nesta perspectiva que o Programa de Aceleração do Crescimento é estruturado.

O PAC foi criado com o objetivo de sustentar o crescimento do País a partir do desenvolvimento econômico, mediante a aceleração da economia e o aumento de empregos,

---

<sup>6</sup> É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Mais informações no site eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

<sup>7</sup> Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. Mais informações no site eletrônico da Presidência da República Federativa do Brasil. (Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/>).

visando, assim, estimular a melhoria das condições de vida da população brasileira (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2007).

De acordo com Domingues, Viana e Oliveira (2007, p. 7):

Com a constatação teórica e empírica de que os gastos em infra-estrutura repercutem no crescimento econômico, pode-se associar o baixo desempenho da economia brasileira nas duas últimas décadas do século XXI a uma insuficiência de investimentos em infra-estrutura em áreas de fundamental importância para a geração de um ambiente propício ao crescimento, dentre as mais importantes pode-se destacar: energia, transporte e comunicação.

A carência de investimentos nestas áreas é apresentada como um entrave ao crescimento do país e ainda contribui para o acirramento das desigualdades regionais

Na realidade, a expansão do investimento em infraestrutura é condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil. Dessa forma, o país poderá reduzir os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais. Mais que um plano de expansão do investimento, o PAC quer inserir um novo conceito de investimento em infraestrutura no Brasil, ou seja, um conceito que faz das obras de infraestrutura um instrumento de universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do país, para que elas sejam capazes de trazer riqueza a todos e não apenas lucro para a minoria. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, s/d).

O conjunto de investimentos está organizado da seguinte forma: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis); e infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos). O PAC é o maior programa estratégico de investimentos do Brasil nas últimas quatro décadas.

O investimento previsto inicialmente para o PAC, entre o período de 2007 – 2010, era de R\$ 504 bilhões, divididos em energia (R\$ 275 bilhões), infraestrutura social (R\$ 171 bilhões) e logística (R\$ 58 bilhões) (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2010, p.16).

Em infraestrutura social e urbana, no período de 2007-2010, foram investidos R\$ 170,8 bilhões, equivalentes a 33,9% do total investido nos três eixos. (SECRETARIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – BNDES, p. 336).

Em saneamento foi investido, entre 2007 e 2010, um total de R\$40 bilhões de reais. A previsão de atendimento em infraestrutura social e urbana no Programa de Saneamento do PAC é de 22,5 milhões de domicílios.

Com a criação do PAC Cidade Melhor, o governo federal investe em um grupo de obras fundamentais para levar direitos sociais básicos à população urbana. Com esse projeto, serão feitas ações de infraestrutura, como saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação. As obras são realizadas numa parceria entre estados e municípios. O governo federal disponibiliza recursos e as demais entidades federadas apresentam projetos, fazem licitações e executam as obras.

Assim, em saneamento, foram destinados R\$ 25,2 bilhões para obras contratadas, das quais 87% já estão em fase de execução. Foram selecionados R\$ 6 bilhões em projetos de 22 estados, que beneficiarão 230 municípios. (PORTAL BRASIL, s/d).

Em 2012, está previsto que seis municípios catarinenses, dentre eles: Florianópolis, Criciúma, São José, Biguaçu, Concórdia e Rio do Sul, receberão obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O projeto, que vai beneficiar 880 mil famílias, está previsto no PAC Saneamento, programa do Governo Federal. O investimento é de 404 milhões e 700 mil reais. Desse total, 30 milhões são uma contrapartida da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN. Segundo Dalírio Beber, atual presidente (2010-2014) da empresa, “a melhoria vai aumentar a capacidade da rede de água e esgoto desses locais de 18% para 46%”. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2012).

Em Santa Catarina, o PAC tem o objetivo de “aumentar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto, proteção dos mananciais, despoluição de cursos d’água e no tratamento de resíduos sólidos”. Em Florianópolis, para o bairro do Campeche, em 2007, foi previsto um investimento de R\$ 33.070.951,95 (investimento previsto para o período de 2007-2010). (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2001)

Até 2014, o governo federal, a partir das obras do PAC, pretende investir 35 bilhões e 100 milhões de reais em obras de saneamento básico em todas as cidades do Brasil.

O lançamento do PAC se ampara em uma perspectiva de desenvolvimentismo, pautado na promessa de um arranque para o crescimento econômico como condição para a elevação do padrão de vida da população (GAWRYSZEWSK, 2011).

Portanto, o Programa se apresenta como uma oportunidade para melhorar a condição de vida dos brasileiros, investindo em infraestrutura, proporcionando, assim, qualidade de vida a todos os cidadãos e redução da desigualdade no acesso aos direitos universais.

## **1.4. PAC-Campeche**

### **1.4.1. Projeto Técnico<sup>8</sup>**

De acordo com o Memorial Descritivo da CASAN (v. I e III), a área de esgotamento sanitário do Distrito de Campeche foi dividida em dezoito sub-bacias numeradas em ordem, sendo que, para o Distrito do Campeche, elegeram-se as bacias 08 e 10, como etapa inicial e imediata para desenvolver obras de esgotamento sanitário. A CASAN elegeu como prioritário o esgotamento das sub-bacias 08 e 10, “em decorrência às altas densidades demográficas, fato que vem acarretando o comprometimento do lençol subterrâneo e da drenagem pluvial ao longo dos anos.”

A bacia 8 abrange uma área de 3.865,63 hectares e a população total da área é de 14.265 habitantes (2010). A área de abrangência da sub-bacia 08 alcança grandes trechos da Avenida Pequeno Príncipe, Rua do Gramal, Auroreal e várias outras, contemplando a localidade de Jardim Eucalipto e Jardim Castanheiras, possuindo vários estabelecimentos comerciais, e nela se encontra a Lagoa da Chica.

A bacia 10 abrange uma área de 1.897,718 hectares e a população total da área é de 5.396 habitantes (2010). A área de abrangência da sub-bacia 10 contempla os moradores instalados ao longo do segmento de trechos da Avenida Campeche a partir da Avenida Pequeno Príncipe. Nesta sub-bacia estão situados o Centro Comunitário do Campeche e construções históricas, como a Igreja São Sebastião, que apresenta traços da colonização açoriana.

Para atender às sub-bacias 08 e 10 na íntegra, está prevista a implantação total de mais de 60.000,00 metros de rede. Das duas sub-bacias contempladas para implantação de rede coletora imediata, apenas a sub-bacia 08 terá trechos de interceptor. Tendo em vista que as vazões coletadas pelas redes das sub-bacias em questão deverão ser transportadas até a estação de tratamento, foi necessária, nesta primeira etapa, a implantação das unidades de transporte, como o interceptor que atravessará a sub-bacia 04 e 05 até alcançar a estação elevatória de esgoto que, por sua vez, irá recalcar todas as contribuições sanitárias até a estação de tratamento de esgoto do Campeche.

Os esgotos coletados deverão ser tratados antes de serem lançados em seu destino final. O destino final dos mesmos, no caso do Sul da Ilha, segundo o Memorial Descritivo da

---

<sup>8</sup> Todas as informações contidas neste item tiveram como referência: CASAN. Memorial Descritivo. SES do Campeche. Volume I. Abril/2005.

CASAN, pode ser o Rio Tavares, único rio na região que pode ser aproveitado para disposição de efluente tratado, ou então o Oceano Atlântico. Tanto para a disposição no Rio Tavares como no Oceano, os sistemas de tratamento deverão ser precedidos de gradeamento e desarenação, porque a função desta etapa é remover as partículas sólidas, sendo que no gradeamento são removidas as partículas de maior diâmetro e no desarenador são eliminadas as partículas de areia que podem ser danosas ao sistema de tratamento.

Admitindo-se o corpo receptor como o Oceano, tem-se como uma das formas de tratamento possível dos esgotos a utilização de emissário submarino<sup>9</sup>.

De acordo com um dos sujeitos entrevistados, a comunidade não apoia a utilização de emissário submarino:

*“Nós defendemos a rede de esgoto, mas não defendemos o emissário submarino. Queremos rede de esgoto, tratamento de esgoto e um tratamento biológico e não químico”. (Sujeito B)*

*“A comunidade é totalmente favorável ao projeto, a comunidade não quer o emissário submarino, mas nós queremos um tratamento de esgoto”. (Sujeito B)*

A proposta apresentada pela Empresa deveria ser elaborada e discutida coletivamente, contando com a participação da população beneficiada pelo serviço de esgotamento sanitário.

As principais preocupações quanto à disposição oceânica referem-se a fatores de saúde pública, a aspectos estéticos e aspectos ecológicos. Na realidade, os problemas estão ligados a uma descarga oceânica de esgoto “in natura” e em local inadequado. Para a elaboração do projeto de um emissário submarino eficiente e que não venha a causar danos à saúde pública ou ao meio ambiente algumas medidas devem ser tomadas. Antes da descarga oceânica, devem-se avaliar as condições de pré-tratamento, de forma a se obter o máximo de resultado com o mínimo de custo. Sabe-se que existem três tipos principais de pré-tratamento: o preliminar, o primário e o secundário.

---

<sup>9</sup> Emissários submarinos são estruturas físicas constituídas principalmente de tubulações apropriadas para lançamento no mar, de esgotos sanitários ou industriais de cidades litorâneas, depois de tratados a nível preliminar, e mais recentemente, a nível secundário, aproveitando-se a elevada capacidade de autodepuração das águas marinhas que promovem a diluição, dispersão e o decaimento de cargas poluentes remanescentes dos processos de tratamento aplicados. (Companhia de Águas e Esgotos do RN – CAERN. Disponível em: <http://www.caern.rn.gov.br>).



Estas são opções de sistemas de tratamento viáveis, de acordo com o Memorial descritivo da CASAN para a implantação no Sul da Ilha. A CASAN parte da perspectiva de que tecnicamente todos os sistemas mencionados podem ser utilizados, pois cumprem as exigências tanto ambientais como de saúde pública. A escolha do tipo de tratamento será estudada, discutida e aprovada pela empresa.

#### **1.4.2. Trabalho Socioambiental**

O trabalho socioambiental é parte integrante do valor do investimento, devendo contar com recursos do valor de repasse. O projeto da obra física e o projeto socioambiental encontram-se casados, ou seja, devem ser realizados juntos, lado a lado.

A CASAN realizou processo licitatório para, então, contratar uma empresa habilitada para realizar o projeto socioambiental e assim, conforme previsto, atuar junto à Comunidade, integrada à Comissão de Trabalho. A esse respeito o Sujeito D destaca que:

*“As licitações, por duas vezes ficaram esvaziadas, por mais que nós entrássemos em contato com empresas que tinham cadastro na CASAN e que poderiam desenvolver esse trabalho, estas não apresentavam interesse em decorrência da redução do valor do projeto socioambiental, pois um bom trabalho socioambiental como essas empresas gostariam de fazer, não conseguiria ser pago com apenas 1% do valor do projeto”. (Sujeito D).*

De fato, de acordo com o Ministério das Cidades, “recomenda-se que seja estabelecido um percentual entre 1% e 3%, do valor total do investimento (2008, p.16)”. De acordo com o projeto de trabalho técnico socioambiental elaborado para contemplar as bacias 08 e 10, o valor destinado ao trabalho socioambiental totalizou R\$ 350.000,00 no prazo de 36 meses, correspondendo a cerca de 1% do valor total investido na obra. Um dos sujeitos assim se manifesta sobre esse valor:

*“O projeto saiu, havia uma proposta de projeto socioambiental, na qual foi destinado 3% do valor do projeto e quando foi aprovado, foi aprovado com apenas 1% do valor total.” (Sujeito D).*

Segundo o manual do Ministério das Cidades (2008, p. 17), “o trabalho socioambiental visa à sustentabilidade sócio-econômica e ambiental do empreendimento, incluindo a participação comunitária nas fases de elaboração, implementação, avaliação e uso das obras e serviços propostos”.

Ainda de acordo com este mesmo Manual (2008, p.16):

O Trabalho Socioambiental será obrigatório nos casos de esgotamento sanitário, quando os projetos envolverem rede coletora, particularmente nos sistemas condominiais, interceptor e emissário, ligação domiciliar e intra-domiciliar, instalações hidráulico-sanitárias domiciliares e nas soluções individuais de esgotamento sanitário. E o Trabalho Socioambiental será parte integrante do valor do investimento devendo contar com recursos do valor de repasse. Recomenda-se que seja estabelecido um percentual entre 1% e 3%, de acordo com o porte do investimento e com o impacto ambiental e social que o mesmo irá provocar na região de abrangência da ação de saneamento.

Um dos sujeitos entrevistados salientou a importância do desenvolvimento do trabalho socioambiental, sendo esta uma exigência por parte do Ministério das Cidades:

*“O projeto tem um requisito interessante que é o trabalho socioambiental, sem este trabalho o projeto não se efetiva. Há vários bairros da cidade, no qual a rede de esgoto passou e os moradores não ligaram as suas casas na rede. O trabalho socioambiental é muito importante, pois permite chegar ao objetivo real do saneamento”.*  
(Sujeito D).

O trabalho socioambiental inclui um projeto de trabalho técnico e social que consiste, de acordo com a Caixa Econômica Federal (2004, p.5), em um

conjunto de ações educativas planejadas pelo proponente – Governo Estadual, do Distrito Federal ou Prefeitura Municipal, COHAB’S, Companhias de Saneamento e outras concessionárias de serviços públicos, adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, respeitando as diretrizes dos Programas, com o intuito de promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental, a capacitação profissional e/ou geração de trabalho e renda, procurando atender as principais demandas sociais existentes.

Complementando, pode-se dizer que o trabalho socioambiental tem como objetivo criar “mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de

decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2004, p. 5).

Uma das características do trabalho socioambiental é a realização de reuniões, palestras e campanhas educativas que contemplam o tema do saneamento ambiental, tendo em vista o desenvolvimento de ações que estimulem e sensibilizem a população beneficiária para participar do planejamento e implementação do mesmo, bem como a discussão sobre questões socioambientais, ações prioritárias em saneamento e alternativas tecnológicas adequadas à realidade local.

Conforme os sujeitos entrevistados, os segmentos organizados, integrantes dos diversos movimentos que compõem o bairro, se dispuseram a participar do projeto, mas em decorrência da redução da porcentagem destinada ao Projeto Socioambiental, isso não foi possível:

*“Nós queremos elaborar, discutir o detalhe do projeto, nós queremos colaborar como sociedade, não queremos projetos prontos”. (Sujeito B).*

*“Nos dispusemos a contribuir em continuidade aos nossos trabalhos habituais desenvolvidos em prol do Campeche, no entanto no decorrer da montagem do Projeto verificamos que a participação da comunidade foi se tornando uma meta cada vez mais distante sem que ela tenha procurado essa situação”. (Sujeito A).*

*“Tínhamos uma ideia no início de participar do trabalho socioambiental, mas não tínhamos clareza sobre como seria o projeto de fato, do saneamento das bacias 8 e 10”. (Sujeito C).*

O trabalho socioambiental é pautado na Lei nº 9.795 de 1999, em seu art 1º, que dispõe sobre a educação ambiental:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Desse modo, um dos pilares do projeto socioambiental é a participação social e a organização comunitária, verificando-se a necessidade de articulação entre os diversos segmentos envolvidos e a contribuição desses no desenvolvimento dos trabalhos previstos.

Os projetos socioambientais têm o objetivo de proporcionar uma maior qualidade de vida para as comunidades e para cada um destes projetos é desenvolvida uma ação socioambiental que propõe politizar o debate e mobilizar a população, para que esta possa ter uma participação efetiva nesse processo. Uma das finalidades do projeto socioambiental é orientar as comunidades em que o sistema de esgotamento sanitário está sendo implantado, de modo a fortalecer e estabelecer parcerias para a realização do mesmo. Observa-se, na fala do Sujeito B, uma situação contrária, de não efetivação do projeto socioambiental que deveria ser desenvolvido na comunidade do Campeche:

*“Até hoje a empresa do socioambiental não apareceu para realizar o projeto socioambiental, não deu as caras. Num projeto socioambiental você ter uma aproximação, uma relação próxima com os moradores. O projeto de educação ambiental é para explicar como vai ligar, quando vai ligar na rede. Para nós foi uma decepção”. (Sujeito B)*

Verifica-se, portanto, que, se o Projeto Socioambiental tivesse contado com a participação dos moradores do Campeche, em todas as etapas, teria havido maior interação com a população do bairro, dando maior visibilidade e consolidação ao projeto.

Na seção seguinte será apresentada a percepção ampliada da realidade da comunidade do Campeche e serão analisados os processos organizativos e participativos, de modo a explicitar as estratégias adotadas pelos segmentos organizados e as propostas dos mesmos para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

## 2. O PROCESSO PARTICIPATIVO NO CAMPECHE

*“A participação é forte, não só da AMOCAM, mas do MCQV, Núcleo Gestor do Plano Diretor e MOSAL (Movimento Saneamento Alternativo) que é um movimento em defesa do saneamento e contra o emissário.” (Sujeito B).*

Nesta seção, serão feitas breves considerações acerca do Plano Diretor Participativo e suas implicações no município de Florianópolis, processo amplo que está vinculado à ação desenvolvida no Campeche, em prol do saneamento básico e do meio ambiente, e com o qual a comunidade se envolve na perspectiva de consolidar uma gestão democrática, que consiste na participação da população para a formulação, a execução e o acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (FNRU, 2010).

O direito à cidade e à vida urbana vem se afirmando como uma exigência e um apelo, no entanto, o planejamento urbano e os processos participativos vêm sendo vistos como uma forma de dominação ideológica, ocultando a cidade real e usando os espaços urbanos para investimentos do capital, especulação imobiliária, afetando, concomitantemente, a qualidade de vida da população. O saneamento, a habitação, o transporte público são benefícios que não possuem status de temas centrais para o urbanismo. Nesse sentido, constituíram-se movimentos para lutar em prol da gestão democrática da cidade e, consequentemente, do direito à cidade.

Nesta seção será apresentada também uma breve caracterização do bairro Campeche, localizado em Florianópolis/SC, enfatizando as suas organizações comunitárias e os processos participativos presentes no bairro. E para finalizar, será apresentada a proposta de SES, elaborada pela comunidade e que vem de encontro a proposta apresentada pela CASAN na primeira seção desse trabalho. Os segmentos organizados do Campeche, a partir de uma oficina participativa, construíram uma proposta de saneamento básico, especificamente de esgotamento sanitário para o sul da ilha em geral, que será explicitada nesta seção.

## 2.1. Considerações históricas acerca do Plano Diretor Participativo

Em 1963, a proposta de reforma urbana foi inicialmente formulada no congresso realizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Entretanto, em 1964, em decorrência do início do período da ditadura, a conjuntura militar impediu que ocorresse a continuidade da proposta. Somente na década de 1980, com o forte engajamento dos atores sociais, é que a reforma urbana ganhou maior visibilidade no País. Devido ao crescimento do índice de pobreza que atingia a maioria da população, a reforma urbana tornou-se indispensável (HELLER, 2009).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco na democratização, pois definiu o Brasil como um Estado Democrático de Direito e, no auge da luta pela justiça social e urbana, apresentou um modelo de gestão pública que incentivava a participação popular, com vistas ao pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, foi denominada de “Constituição Cidadã”, pois criou mecanismos que possibilitaram a democracia participativa, buscando ampliar e reconhecer o envolvimento dos atores sociais nos processos de decisão das políticas públicas. Este regime é pautado na discussão pública entre os cidadãos, que possuem condições iguais de participação, defendendo que a consolidação das decisões políticas se efetue por meio de um processo de discussão coletiva. A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo mecanismos de participação, a partir da Democracia Representativa, na qual o cidadão participa através do voto, e a partir da Democracia Participativa, através do plebiscito, referendo e da iniciativa popular, conforme destacado no artigo 14 da CF de 88:

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I-plebiscito; II - referendo; III- iniciativa popular.

Esses mecanismos de participação visam incorporar a participação da sociedade civil nos debates e nas decisões acerca da administração pública, entretanto, não se concretizam como direitos na realidade brasileira.

Em 2001, foi aprovada a Lei nº 10.251, denominada Estatuto da Cidade. Na perspectiva de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tratam da Política Urbana, o Estatuto tem como objetivo:

Ordenar o desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros de modo a garantir os direitos constitucionais fundamentais de seus habitantes, como moradia, o trabalho, o lazer, a segurança e o meio ambiente preservado. Para isso, cabe aos municípios aplicar as diretrizes gerais e os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, de acordo com a realidade local, por meio de um Plano Diretor. (NÚCLEO ESTADUAL DE SANTA CATARINA DA CAMPANHA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, p. 5).

Em seu Capítulo IV, o Estatuto das cidades prevê a gestão democrática das cidades, na qual a participação popular assume papel central, possuindo poder de intervir na organização da cidade. Os instrumentos utilizados para garantir a gestão democrática das cidades, de acordo com o artigo 43 deste estatuto, são os seguintes:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades visam consolidar uma cultura política baseada na democracia participativa, despertando o interesse da população em participar, especificamente das discussões acerca do Plano Diretor.

Desde então, foram criados órgãos e feitas campanhas que potencializaram o debate sobre os desenhos da política urbana. Assim, em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, e em maio de 2005, foi lançada a Campanha Nacional do Plano Diretor, pautada na Resolução nº 15, “com o objetivo de mobilizar os governos municipais e sensibilizar a sociedade para a elaboração de planos diretores com efetiva participação popular”. (NÚCLEO ESTADUAL DE SANTA CATARINA DA CAMPANHA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, p. 2).

Pronunciando-se sobre o tema, Burgos (2007, p. 5) salienta:

A campanha dos “Planos Diretores Participativos”, atrelada às exigências do Estatuto da Cidade de revisão ou elaboração dos Planos Diretores para as cidades com mais de 20.000 habitantes até outubro de 2006, produziu nesse ano uma verdadeira explosão de processos participativos.

O Plano Diretor é uma lei municipal “que deve definir qual é a melhor forma de ocupar cada parte do território do município, tanto das áreas urbanas quanto das rurais”. Segundo o Núcleo Estadual de Santa Catarina da Campanha do Plano Diretor Participativo (2006, p. 5), este instrumento tem a função de estabelecer critérios e metas, sendo elas:

as formas de uso e ocupação do solo do município; o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade; a utilização dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade; a formulação das políticas públicas de habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana; o sistema de gestão democrática.

Nesse sentido, o Plano Diretor consiste num instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal, conforme é assinalado no artigo 40º da Lei nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade.

Ainda segundo o artigo 41 da Lei supracitada, o “Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes”. Este instrumento deve ser objeto de controle social, garantindo a participação da comunidade, de movimentos e entidades da sociedade civil<sup>10</sup>, ou seja, a elaboração deste deve ser realizada participativamente, através de debates e reuniões abertas a todos os moradores. E o Plano Diretor deve ser revisto, pelo menos, a cada dez anos.

A participação popular, em todas as etapas de elaboração e implementação do Plano Diretor, deve ser garantida pelo prefeito e pelos vereadores, conforme estabelecido no Estatuto da Cidade, que rege a participação popular, com vista à garantia do direito à Cidade.

É fundamental que todos os cidadãos participem para que as decisões tomadas em cada etapa do Plano Diretor estejam sempre na perspectiva coletiva, visando, assim, a construção de municípios mais democráticos, justos e sustentáveis. Se o Plano Diretor não for elaborado de maneira participativa, o prefeito e os vereadores podem ser julgados por improbidade administrativa, conforme determina o artigo 52 do Estatuto das Cidades e a Lei Federal nº 8.429/1992.

O processo de elaboração do Plano Diretor inicia-se pela criação de um núcleo gestor, composto de representantes do governo municipal, da câmara de vereadores e dos segmentos organizados atuantes no município. O núcleo gestor se configura como um espaço público de participação e controle social, sendo que, neste espaço, encontra-se inserido o debate acerca do Plano Direto Participativo e seus eixos temáticos.

---

<sup>10</sup> De acordo com Bobbio (1994 p.30), “a sociedade civil constitui o momento intermediário entre a família e o Estado (...). A sociedade civil em Hegel é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, de sua regulamentação externa, segundo os princípios do Estado liberal; e é conjuntamente sociedade burguesa e Estado burguês: Hegel concentra nela a crítica a economia política e da ciência política, inspiradas respectivamente nos princípios da liberdade natural e do Estado de direito”.



Em Santa Catarina, dos 293 municípios que formam o Estado, 113 possuem obrigatoriedade de elaborarem seus planos diretores. (NÚCLEO ESTADUAL DE SANTA CATARINA, 2006, p. 2).

Neste trabalho, trata-se particularmente do Plano Diretor da cidade de Florianópolis, que teve seu primeiro Plano Diretor aprovado em 1954. Em 1967, foi iniciada a elaboração de um novo Plano Diretor, o segundo da sua história, que só entrou em vigor em 1976, através da Lei 1440/76. De acordo com este Plano, o “zoneamento se apresentava como principal instrumento de organização do espaço” (FAGUNDES, 2007, p.5), assim como no primeiro Plano.

No ano de 1997, o Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis promulgou a Lei Complementar nº 001/97, “que dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo no Distrito Sede de Florianópolis” e que diz, nos seus artigos 1 e 2:

Arti 1º - Instituiu o novo Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo no Distrito Sede do Município de Florianópolis (...)

Art 2º - Esta Lei regula o uso e a ocupação do solo, especialmente quanto à localização, aos acessos, à implantação das edificações e outras limitações ao direito de construir, excetuada utilização das terras para a produção agrícola.

O zoneamento foi utilizado como instrumento da administração pública, para regularizar o uso e ocupação do solo. O terceiro Plano Diretor da Cidade passou por diversas alterações e segundo Fagundes (2007, p. 8),

quando o Plano foi instituído, em 1997, pela prefeita Ângela Amim, até o término da sua primeira gestão, em 2000, a Câmara Municipal sancionou 23 das 96 leis encontradas. Já de 2001 até 2004, período do segundo mandato da prefeita, foram sancionadas mais 32 leis. A partir de 2005, sob nova administração, com o prefeito Dário Berger, até setembro de 2007, o número de leis sancionadas subiu para 41.

Em 2006, o prefeito de Florianópolis, Dario Elias Berger (2006-2009 e 2009-2012), inicia, mediante o Decreto Municipal 4.215/06, que institui o Núcleo Gestor Municipal, o processo de elaboração de um novo Plano Diretor. Considera-se importante ressaltar que “a composição do Núcleo Gestor Municipal e o processo decisório assume importância no contexto participativo no sentido de evitar que este se restrinja a mero formalismo, fato comum na relação entre Estado e sociedade organizada”. (TIRELLI; BURGOS e BARBOSA, 2007, p. 75). Surge, então, a necessidade de constituir Núcleos Distritais, com assento e voto no Núcleo Gestor Municipal, respeitando as decisões tomadas durante as assembleias populares realizadas nos bairros, sem perder a visão compartilhada do todo. Dessa forma,

“combinar-se-á a participação direta com a participação representativa, conforme exige o Estatuto da Cidade”. (TIRELLI, BURGOS e BARBOSA, 2007, p. 75).

No início do segundo mandato do prefeito Dário Elias Berger (2009-2023), o Núcleo Gestor do Plano Diretor foi desativado, bem como os Núcleos Distritais e suas bases. Esta ação gerou grande insatisfação por parte dos segmentos organizados, pois o processo participativo do Plano Diretor, a partir do pronunciamento do prefeito, havia sido encerrado. Os segmentos organizados manifestaram sua insatisfação no ato chamado “Tomada do TAC”, realizada em março de 2010, durante o qual a população tomou literalmente o Teatro Álvaro de Carvalho – TAC, na suposta Audiência Pública de apresentação do Plano Diretor, impedindo a realização de uma audiência de faz de conta, que pretendia referenciar a questão do processo participativo no Plano Diretor de Florianópolis. O Ministério Público Federal e Estadual foi acionado, tendo em vista que a Resolução nº 25 (2005) do Conselho das Cidades estava sendo contrariada, pois esta aponta que o Núcleo Gestor Municipal deve acompanhar todas as fases do Plano Diretor. (ASSOCIAÇÃO DE DO BAIRRO DE SAMBAQUI, 2010) Pode-se dizer que esta foi a manifestação mais significativa, no sentido de que os segmentos organizados impediram a realização da audiência pública, impedindo a apresentação do Plano Diretor.

Em 2011, o Distrito do Campeche apresentou propostas acerca do Plano Diretor Participativo, no Seminário realizado pelos segmentos organizados, a fim de defender um plano elaborado pela comunidade. O Plano da comunidade traz propostas sobre os seguintes temas: as áreas de preservação ambiental; zoneamento: uso e ocupação do solo; saneamento ambiental; sistema viário e mobilidade urbana; preservação da cultura local. Ao apresentar suas propostas, o Campeche busca respeito e fiscalização dos recursos naturais; solicita que não haja inchaço populacional; diz não à verticalização, permitindo-se construções de, no máximo, dois andares sem incentivo; exige uma alternativa de saneamento descentralizado, dizendo não ao emissário submarino; reclama a previsão de ciclovias e a melhoria do transporte público; pede uma política de proteção à cultura, história e arqueologia locais, entre outras propostas (MCQV, 2011). Verifica-se que a comunidade do Campeche luta em prol de uma proposta ampla no âmbito do Plano Diretor, visando consolidar os direitos da população e proporcionar qualidade de vida a todos. A Imagem 1, que segue, traz as propostas do Campeche.

Imagem 1<sup>11</sup> – Panfleto “Seminário sobre o Plano Diretor Participativo do Campeche



Fonte: [www.campeche.org.br](http://www.campeche.org.br)

No panfleto apresentado, observa-se que o debate acerca do saneamento básico encontra-se dentro das propostas apresentadas pela comunidade do Campeche, de modo a ampliar a perspectiva para além do zoneamento.

## 2.2. As lutas na defesa do meio ambiente no Campeche

<sup>11</sup> Ver documentos em tamanho original nos apêndices.

Campeche é um bairro e também um distrito do município de Florianópolis. Localiza-se no Sul da ilha, limita-se com a Lagoa da Conceição, Joaquina, Manguezal do Rio Tavares, Costeira do Pirajubaé e Tapera. O distrito, antigamente chamado de Vila do Pontal, foi desmembrado da Lagoa da Conceição pela Lei nº 4.805/95 de 21 de setembro de 1995. (CAMPECHE, 2008). A área total do distrito é de 35,32 km<sup>2</sup> e de acordo com censo demográfico (IBGE, 2011), a população residente totaliza 9.216 habitantes, sendo 4.532 homens e 4.684 mulheres. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2011). Na Imagem 2 apresenta-se uma vista aérea da ilha do Campeche.

Imagem 2 – Ilha do Campeche/Florianópolis-SC



Fonte: [www.riozinho.net/ilha-do-campeche](http://www.riozinho.net/ilha-do-campeche)

A experiência de organização comunitária do bairro Campeche encontra-se registrada em um dossiê<sup>12</sup>, o qual, na sequência, será utilizado com o objetivo de explicitar a história das lutas e conquistas da comunidade.

Referindo-se ao Campeche, Tirelli; Burgos e Barbosa (2007, p. 15) assim se expressam:

Preservada em sua maior parte, apesar das graves alterações produzidas nas suas faixas litorâneas por uma ocupação desordenada e “ordenada” incentivada pelo não cumprimento das leis, descaso e pela falta de fiscalização do poder público, a planície enfrentou nas décadas de 1980 e 1990 o seu pior inimigo: o projeto de ocupação insustentável elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis desde 1989, que favorecia os interesses imobiliários e as grandes empreiteiras da construção civil.

---

<sup>12</sup> TIRELLI, Janice; BURGOS, Raul; BARBOSA, Teresa. O campo de peixes e os senhores do asfalto: memórias das lutas do Campeche. Editora Cidade Futura. Florianópolis, 2007.

A fim de dar combate a essa ocupação, iniciou-se uma luta por parte da comunidade do Campeche em prol da preservação e sustentabilidade dos recursos locais. Diversas associações, entidades e movimentos foram fundados para fortalecer a luta contra a devastação do meio ambiente.

Na década de 1970, ocorreu o primeiro golpe contra o meio ambiente no Campeche: uma das maiores dunas da região foi devastada e o Rio Rafael aterrado, para construção de uma moradia. Então, o alerta quanto à invasão das dunas começou em larga escala, e a luta contra esta invasão foi encabeçada, primeiramente, pelos surfistas, assim como também a luta pela preservação do meio ambiente. Em 1985, foi fundada a Associação de Surf do Campeche – ASC, com o objetivo de conscientizar a comunidade acerca da importância de preservar o meio ambiente. A Imagem 3 traz uma página do Jornal Fala Campeche, que conclama a população à luta pelos seus direitos.

Imagem 3 <sup>13</sup>

Jornal Fala Campeche



Fonte: [www.campeche.org.br](http://www.campeche.org.br)

Como se pode constatar, “as mais belas regiões, as mais deslumbrantes paisagens da Ilha de Santa Catarina, a partir de 1970 passaram a compor as áreas mais almeçadas para assentamentos dos grandes negócios” (TIRELLI, BURGOS e BARBOSA, 2007, p. 16). A partir de então, associações foram fundadas e surgiram movimentos para acirrar a luta a favor do desenvolvimento do Campeche, mas com a preservação do meio ambiente. Dentre eles, destaca-se, em 1987, a Associação de Moradores do Campeche – AMOCAM. Um marco

<sup>13</sup> Ver documentos em tamanho original nos apêndices.

importante na história da comunidade é a primeira Carta dos Moradores do Campeche sobre os Projetos de Urbanização da Área<sup>14</sup>, cujo texto

[...] sintetizava as reivindicações dos moradores tiradas das reuniões semanais que se realizavam desde 27 de novembro daquele ano. A carta contém um conjunto de propostas populares para o planejamento da cidade, ainda no momento inicial da elaboração do Plano Diretor do Campeche pelo Instituto de Planejamento Urbano – IPUF.

Convém lembrar que “as propostas partiam da rejeição dos projetos apresentados pelo órgão de planejamento, por não atenderem as reivindicações básicas da comunidade”. As lutas pela participação da comunidade no processo de planejamento urbano da região pareciam se concretizar pouco a pouco, mas nas trocas de um mandato para outro, o plano ora contava com a participação comunitária, ora se tornava distante. Entretanto, com muita organização, mobilização e com pressão sobre o poder público, obtiveram-se conquistas que não permitiram a aprovação dos planos sem uma discussão comunitária. O Movimento Campeche Qualidade de Vida – MCQV<sup>15</sup> se constituiu, “como um movimento de articulação das diversas entidades da região atingidas pelo Plano de Desenvolvimento da Planície do Campeche”.

Levando em conta todas as estratégias adotadas pelos segmentos organizados da comunidade, verifica-se que os a população compreende que o “poder público não é o único responsável pela degradação da região, mas é o principal responsável pela fiscalização e pelo cumprimento das leis ambientais”.

O Movimento Campeche Qualidade de Vida realizou, em 1997, o 1º Seminário Comunitário de Planejamento, com objetivo de criar um espaço de debate coletivo no qual a participação da população fosse ativa na formulação de diretrizes para o desenvolvimento sustentável da região. Através desse seminário, a comunidade reviu o Plano Diretor oficial e decidiu recusá-lo mais uma vez. O resultado geral do seminário, após aprovação em assembleia, resultou no documento, denominado Dossiê Campeche, como já mencionado antes, um planejamento autônomo da comunidade. Este documento “foi encaminhado a todos os órgãos públicos municipais, estaduais e federais com atuação na área ambiental e de planejamento do uso do solo”.

---

<sup>14</sup> Redigida em 21 de dezembro de 1989.

<sup>15</sup> O MCQV “decidiu por não se constituir legalmente como “associação” nem definir formas organizacionais burocráticas, preservando-se como movimento aberto à participação de associações e indivíduos e flexível nas suas formas de funcionamento”. (TIRELLI, BURGOS E BARBOSA, 2007 p. 23).

Desde 2000, novas organizações comunitárias foram sendo fundadas. O Movimento SOS Esgoto Sul da Ilha que busca soluções para o saneamento básico da região. A preocupação com a saúde pública contribuiu para a constituição deste movimento, que busca envolver a comunidade na mobilização e conscientização acerca desta modalidade. O Instituto Socioambiental Campeche – ISA-Campeche<sup>16</sup> tem como uma de suas finalidades contribuir para a construção de uma sociedade democrática e incentivar a participação ativa, democrática e ampla da comunidade, especialmente nos processos de tomadas de decisão e de gestão ambiental e do espaço urbano. O Movimento SOS Esgoto Sul da Ilha tem grande relevância para este trabalho, visto que busca soluções para o saneamento básico da região. Este movimento tem como motivação da sua luta a preocupação com os precários sistemas de esgotamento sanitário, que trouxeram consequências, como a contaminação do solo e do lençol freático, além de praias e lagoas, e a preocupação com a saúde pública.

O Sujeito A, em sua fala, dá destaque ao movimento citado:

*“O Movimento (...) teve origem no ano 2000 com objetivo de formalizar uma agenda para sensibilizar as autoridades, Governo do Estado e no caso a CASAN para implantação do Sistema de Esgoto do Sul da Ilha e este Movimento abrangia o distritos do Ribeirão da Ilha, Armação do Pântano do Sul e Campeche”. (Sujeito A)*

Sempre com foco no debate acerca da participação, o Sujeito B salienta:

*“A participação é forte, não só da AMOCAM, mas do MCQV, Núcleo Gestor do Plano Diretor e MOSAL (Movimento Saneamento Alternativo) que é um movimento em defesa do saneamento e contra o emissário.” (Sujeito B).*

É possível dizer, então, que a comunidade do Campeche apresenta-se participativa nos diferentes espaços públicos, e seus membros se configuram como atores urbanos, formando, assim, uma identidade coletiva capaz de refletir criticamente sobre a realidade, definir estratégias, de modo a construir a cidadania e garantir qualidade de vida para todos, a partir da preservação do meio ambiente. Entretanto, para atingir tal objetivo, a comunidade

---

<sup>16</sup> Para mais informações acerca do Instituto Sócio-Ambiental do Campeche – ISA Campeche, consultar o sítio eletrônico [www.campeche.org.br](http://www.campeche.org.br), e o Estatuto do Instituto.

deve lutar para superar a cultura política autoritária que preza práticas não democráticas, que impõem limites à cidadania.

### **2.3. Proposta alternativa para o esgotamento sanitário**

O MOSAL é um movimento vinculado à história das lutas do Campeche em prol da qualidade de vida da população. Este movimento “é um coletivo formado por pessoas e entidades de Florianópolis, cujo objetivo é influir na política pública de saneamento básico, assim como promover a conscientização dos cidadãos através de ações e oficinas”. Por acompanhar de perto a questão do saneamento básico em Florianópolis, o MOSAL participou ativamente do processo de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário proposto para o Campeche e se mostrou divergente quanto à proposta apresentada pela CASAN, tendo forte atuação neste processo de luta contra o sistema centralizado de saneamento.

Os movimentos sociais, conforme destaca Souza (2004, p. 99), “são formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social”.

O Sistema de Esgotamento Sanitário centralizado, apresentado pela CASAN, se coloca como um afrontamento às condições ecológicas e naturais do Campeche. E de acordo com o Site Eletrônico do Movimento:

O MOSAL nasceu com a proposta de contrapor-se aos planos da PMF-CASAN de implantar o saneamento centralizado com emissários na ilha. Acreditamos em um modelo descentralizado do tratamento de esgoto, isto é, tratar o esgoto doméstico localmente, ou próximo do local onde foi produzido respeitando as microbacias e fazendo uso de diversas alternativas tecnológicas como tanque séptico, zona de raízes, biofiltro, tanque de evapotranspiração e filtros anaeróbicos, dentre outros. (MOSAL, s/d)

A fim de expandir a proposta e melhorar a compreensão sobre o modelo de tratamento descentralizado de esgotos, o MOSAL realizou duas oficinas populares, uma no Campeche, em 26 de setembro de 2009, e outra nos Ingleses, em 28 de novembro de 2009. Com a realização destas oficinas, pelo Movimento, surgiram propostas de Sistema de Esgotamento Sanitário Alternativo. (MOSAL, 2009). Conforme foi enfatizado pelo Sujeito C:



*“Junto com moradores e entidades do Pântano do Sul e Ribeirão da Ilha, fizemos seminários em busca de uma proposta de esgotamento descentralizado para o sul da ilha” (Sujeito C).*

O sistema de esgotamento sanitário descentralizado é defendido por integrantes dos movimentos, como se identifica no depoimento a seguir:

*“O modelo descentralizado ele tem por principio a visão ecológica, ele respeita os critérios ecológicos e se organiza como a natureza está organizada, ele parte deste pressuposto. A natureza está organizada a partir das bacias hidrográficas, geográfica e geologicamente funciona em micro-bacias, porque nesse processo o ciclo da água é respeitado. Se não há respeito nisto, você não está lidando conforme as regras da natureza, portanto você está sendo antiecológico” (Sujeito E).*

Por sua vez, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento apresenta uma proposta de Sistema de Esgotamento Sanitário centralizado, que vai contra os princípios defendidos pelo Movimento Saneamento Alternativo. De fato, o modelo descentralizado contrapõe-se ao modelo centralizado, proposto pela Prefeitura e CASAN, evitando os impactos ambientais causados pelas grandes estações de tratamento de esgoto com emissários.

Com relação a esse aspecto, salienta o Sujeito B:

*“Nós temos um projeto de sistema de tratamento de esgoto de pequenas estações de tratamento que são no Campeche com 20 estações de tratamento para 2.000 pessoas que da 40.000 pessoas, pequenas estações de tratamento sem existência de emissário submarino, com a divisão dessa distribuição do rejeito final, da água dito limpa no lençol freático” (Sujeito B).*

Com efeito, o volume de esgoto produzido por 40.000 habitantes torna-se mais fácil de ser tratado quando dividido em pequenas estações, visto que resultará num menor volume de água tratada que pode ser devolvida para o meio natural.

Enfatiza ainda o Sujeito B:

*“Queremos apresentar o nosso projeto, nós temos um projeto para tratamento de esgoto para Florianópolis e da região do Campeche, que são 20 estações de tratamento que não é o emissário e nós queremos essa oportunidade para apresentar nosso projeto. Não queremos ir pra uma audiência pública e vê a CASAN apresentar durante 5 horas o seu projeto e dar 10 minutos para nós apresentarmos o nosso” (Sujeito B)*

Percebe-se que os sujeitos entrevistados apresentam um domínio sobre o tema saneamento básico e suas implicações, desconstruindo, assim, estereótipos do popular como ausência de conhecimento.

Cabe aqui destacar o que consta no Site Eletrônico do MOSAL:

Há limites impostos pela democracia participativa que hoje se limita na mera exposição e audição da vontade popular, mas não a acolhe na formulação das políticas públicas que os governos executam. A realidade pede uma “democracia conquistada”, de nova qualidade, para efetivo acolhimento da vontade popular no processo de formulação das políticas públicas, processo este que fará do povo um ator cúmplice e efetivo fiscalizador dos executivos, primeiro passo para um eficiente “controle social” sobre o Estado. (MOSAL, s/d)

Os processos participativos visam ampliar o controle social sobre as políticas públicas. O controle social é a participação da sociedade civil nas ações da gestão pública, sendo os conselhos caracterizados como instâncias deste controle.

Os conselhos municipais têm como objetivo facilitar a participação da população no acompanhamento, monitoramento e na avaliação das políticas. Em Florianópolis, tem-se o Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB, criado pela lei municipal 7474/2007, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico. É um órgão de caráter consultivo, ou seja, não possui o poder de decisão ou deliberação, restringindo sua ação ao campo da opinião. De acordo com o artigo 7 da lei municipal 7474/2007, “O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá como atribuição auxiliar o Poder Executivo na formação da política municipal de saneamento básico”.

Faz-se necessário que os conselhos possuam caráter deliberativo, para efetivar a participação no nível decisório, consolidando o objetivo de controle e fiscalização das políticas públicas.

Nesse sentido, na seção seguinte, se abordará o processo de participação e deliberação nas questões relacionadas ao planejamento urbano, visando melhorar a qualidade das políticas públicas. Finalizando estas considerações sobre a participação, cita-se Souza

(2004, p.93), para quem “a organização social é um requisito básico às ações necessárias do próprio processo de participação”, sendo também o principal instrumento para a ação comunitária.

### 3. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO: DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL

*“Não queremos projetos prontos, queremos participar da elaboração”. (Sujeito B)*

Esta seção tem o objetivo de debater sobre a ação do planejamento, explicitando a importância deste na prática profissional do assistente social, especificamente do planejamento participativo, que vem sendo um desafio para se pensar o planejamento urbano. As entrevistas realizadas nesta pesquisa, bem como a análise documental, trouxeram elementos para se identificar o planejamento como instrumento a ser privilegiado no âmbito do Serviço Social. Nesse sentido, será realizada uma abordagem sobre o Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, visto que o assistente social é um profissional especializado para atuar nas diversas áreas e expressões da Questão Social<sup>17</sup>, sendo uma delas a questão urbana, entendida como um espaço problemático, em decorrência da precarização e segregação deste espaço. Sinalizando a atuação do Serviço Social na Companhia que, desde 2007, vem atuando de forma complementar nesta modalidade, por meio de elaboração, monitoramento e avaliação de projetos socioambientais, sendo este serviço desenvolvido em conjunto com o projeto de SES, visando informar as comunidades beneficiadas pela obra quanto às implicações do saneamento básico e quanto à sua importância para a consolidação de uma sociedade ecologicamente equilibrada.

Nas últimas décadas, a cidade passou por grandes mudanças caracterizadas pelo crescimento desordenado, que agravou os problemas no âmbito de saneamento, habitação, mobilidade, entre outros. Estes fatores deveriam ser levados em conta no contexto do planejamento e da gestão da cidade, visto que a questão urbana vem demandando isto, sendo estes mecanismos de participação os que proporcionarão aos cidadãos a construção coletiva da cidade. O Estado, muitas vezes, priva os cidadãos de uma construção coletiva da cidade, privando-os da condição de sujeitos. O direito à cidade deve ser assegurado, todos os cidadãos devem usufruir de uma cidade sustentável e socialmente justa, buscando alcançar um padrão digno de vida por meio da participação no planejamento e na gestão das cidades.

---

<sup>17</sup> Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

O planejamento participativo vem sendo colocado como um desafio para o Serviço Social, sendo que este processo está presente nas competências e atribuições deste profissional. O ato de planejar faz parte do cotidiano, e o ato de planejar participativamente exige do cidadão uma consciência crítica acerca da realidade social, direcionamento para nortear a ação e comprometimento, visando à transformação social.

### **3.1. A perspectiva do planejar**

A atividade de planejar é inerente à natureza racional e social do homem. Como ser racional e social, o homem é capaz de agir refletindo, de debater ideias com outros homens e, a partir disso, entrar em um consenso acerca do rumo que pode ser dado à realidade, construindo, dessa maneira, seu futuro e a vida coletiva.

Planejar é tentar submeter à vontade humana o curso dos acontecimentos e assim, tornar-se condutor do seu futuro. O planejamento se desenvolve em um meio conflitante, em decorrência das diferentes visões e da realidade que se busca alcançar, acirrando uma luta por diferentes desenhos de futuro. Matus (1993) utiliza a analogia com a correnteza do rio para facilitar a compreensão acerca do movimento do planejamento, no qual este movimento possui força e dinâmica própria. Uma realidade não se encontra paralisada, à espera de alguém para planejar seu futuro. Nesse sentido, o ser humano é conduzido e arrastado pela dinâmica da ausência de planejamento. O planejamento requer recursos para modificar o percurso dos acontecimentos na direção desejada, sendo esta a dificuldade de atuar sobre uma determinada realidade, dominando seu movimento e resistência, pois o objeto do plano não é estático e fixo. Se planejar é sinônimo de conduzir conscientemente, ou o indivíduo planeja ou se torna escravo das circunstâncias. “Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for”. (MATUS, 1993, p. 14). A fala a seguir corrobora o que foi explicitado até aqui:

*A comunidade se manifestou, se nós vamos ter os técnicos da comunidade, não vamos ter o valor que nós precisamos para desenvolver bem o projeto, se não vamos ter boas empresas garantidas na licitação para desenvolver esse trabalho, então o que*

*convêm para agente é deixar a CASAN trabalhar do jeito que ela quer. Essas foram às ações que foram se sucedendo. (Sujeito D)*

Como se pode notar, a participação no processo de planejamento foi negada à população, em decorrência desta apresentar ideias incompatíveis com os objetivos da CASAN.

O planejamento ganhou visibilidade a partir do século XIX, quando começou a ser motivo de preocupação ao ser usado para atender os interesses das empresas e organizações. E surgiu, na teoria da administração, como uma função do administrador, levado pela necessidade de maximizar as empresas. Barbosa (1991, p. 20) salienta que “a partir de conceitos da administração planejada é que começam a ser usados, no começo do século XX, a previsão e controle na produção industrial”. Desde então, o planejamento é analisado com a ideia de previsão de algo que começa a se desenvolver. Diversos países passam a utilizar o planejamento como ferramenta para o desenvolvimento econômico, tornando esta prática cada vez mais restrita a um grupo dominante, não levando em conta a participação da sociedade. Este tipo de monopolização nega ao homem a condição básica para sua expressão social através de ações planejadas e contribui para a formação de uma sociedade alienada e insatisfeita.

Um desafio posto à sociedade contemporânea é criar mecanismos de participação no processo de planejamento, visto que esta participação é uma necessidade humana de existência. Barbosa (1991, p.26) afirma que “desalienar o homem é permitir sua participação direta e indireta, o que vai possibilitar uma tomada de consciência crítica”. Em outras palavras, é tornar o homem responsável por suas ações e decisões, a partir de um processo de reflexão, crendo na capacidade de pensar, analisar e decidir deste.

O planejamento está presente em todas as profissões, e em específico na prática do Serviço Social, visto que este profissional pode contribuir no sentido de buscar formas que garantam o “engajamento pleno e a consequente participação do povo”. (BARBOSA, 1991, p.27). Dentro desta perspectiva, em seguida, será realizada uma análise acerca da prática do planejamento participativo no âmbito do Serviço Social.

### **3.2. Planejamento, participação e Serviço Social**

O surgimento do “Serviço Social no Brasil”<sup>18</sup> encontra-se intimamente vinculado à iniciativa da igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2001, p.83). Mantendo suas reflexões nesta mesma direção, Iamamoto (2002, p.92) afirma que

o processo de institucionalização do Serviço Social, como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, está vinculado à criação das grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais ou autárquicas, especialmente na década de 40.

O Serviço Social como profissão surgiu na sociedade capitalista, em seu estágio monopolista, conjuntura em que a questão social, pelo seu caráter de classe, demandava do Estado uma intervenção econômica, política e social. O mercado de trabalho para o Serviço Social amplia-se a partir do nascimento das grandes instituições, e com isso, a atividade torna-se institucionalizada e legitimada pelo Estado (IAMAMOTO, 2002), que passa a incentivar este tipo de qualificação técnica e expande os espaços de trabalho como estratégia para o enfrentamento da questão social. O processo de profissionalização torna o assistente social um profissional assalariado, a serviço da esfera pública e privada. E o Serviço Social deixa de ser um mecanismo de distribuição de caridade privada das classes dominantes para se transformar em uma profissão atuante nas políticas sociais do Estado.

Em seus estudos, Iamamoto e Carvalho (2001, p.85) afirmam que o trabalho do assistente social “se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada” garantindo, desta forma, a “obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado”. Este, por sua vez, dispõe de uma autonomia relativa na condução do seu exercício profissional, haja vista que “essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores” (IAMAMOTO, 2008, p. 215). São os empregadores que determinam os objetivos que o trabalho do assistente social deve cumprir, dessa forma, essas relações interferem diretamente no exercício profissional do assistente social. As imposições do mercado submetem o assistente social a um trabalho alienado, de forma que este não se reconhece nos objetos produzidos por seu trabalho.

---

<sup>18</sup> Não cabe, neste trabalho, detalhamento deste conteúdo, mas para aprofundamento acerca da história do Serviço Social como trabalho, consultar: IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 6ª Ed, 2002; IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 14ª Ed, 2001.

Efetivamente, o assistente social necessita ter clareza das suas competências e atribuições para efetivar sua prática e, assim, estabelecer suas prioridades fundamentadas nos pressupostos teóricos e políticos da profissão. Com o passar do tempo, o profissional de Serviço Social tem ampliado sua ação profissional, atuando em planejamento, gestão, assessoria, formação de recursos humanos e nos mecanismos de controle social. O processo de descentralização das políticas sociais vem requisitando aos profissionais de Serviço Social esta atuação.

De acordo com a Lei nº 8.662, que regulamenta a profissão, em seus artigos 4 e 5, o planejamento é uma atribuição e competência deste profissional:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - **planejar**, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - **planejamento**, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - **planejar**, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.



Nesta perspectiva, o Serviço Social atua na CASAN/DIAPC desde 2007, quando a Empresa passou por uma reestruturação para que os recursos disponibilizados pelo Governo Federal para os projetos do PAC fossem mais bem administrados, e houve mudanças no organograma da Companhia, dando origem a novas diretorias e divisões. Assim, criou-se a Diretoria de Planejamento e de Relações com o Poder Concedente – DR e a Gerência de Relações com o Poder Concedente – GRC, que engloba a Divisão de Apoio ao Poder Concedente – DIAPC, e esta divisão exigiu a alocação de uma Assistente Social.

Conforme destacado na ata da reunião do Conselho de Administração da CASAN (2010), a Divisão de Apoio ao Poder Concedente tem por objetivo:

a) Planejar, desenvolver, implementar e controlar todas as atividades relativas ao sistema de apoio aos municípios parceiros ou que manifestem interesse em serem parceiros da CASAN; b) Manter um banco de dados que privilegie informações sobre os contratos celebrados pela CASAN, como também dados sobre os municípios catarinenses; c) Fornecer subsídios e apoiar os Diretores Regionais quando da negociação de renovação de contratos e/ou celebração de novos contratos; d) Estabelecer uma política de aproximação da CASAN com os municípios não pertencentes ao Sistema CASAN; e) Disponibilizar informações às Diretorias Regionais, através de publicações, sobre a concepção e operacionalização do Plano de Saneamento Básico dos municípios; f) Participar junto com a DJ sobre a concepção de Modelo de Contrato de Programa a ser usado pela CASAN; g) Estimular o desenvolvimento da Gestão Participativa junto aos municípios que mantêm parceria com a CASAN; h) Acompanhar o fornecimento de informações para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no âmbito das Diretorias Regionais da CASAN; i) Catalisar positivamente a implementação do Programa Comunitário de Saneamento em municípios com população menor do que 5000 habitantes; j) Acompanhar a execução de projetos que impactem as comunidades trabalhadas, abrangidas pelo Programa Comunitário de Saneamento; k) Executar outras atividades correlatas.

O trabalho do Assistente Social, na DIAPC, consiste em elaborar e acompanhar projetos de cunho educativo na área ambiental, assim sendo, o profissional desenvolve um trabalho socioambiental junto às comunidades receptoras das benfeitorias de Saneamento Básico.

Segundo o Caderno de Orientação Técnica Social, este trabalho técnico-social pode ser executado por: assistentes Sociais, pedagogos, sociólogos ou psicólogos, e no caso da CASAN – MATRIZ, é executado pelo profissional de Serviço Social.

Durante a implantação de serviços, os técnicos da CASAN, da municipalidade (Prefeitura) e da própria comunidade têm a missão de orientar a população sobre a importância de benefícios como água e saneamento básico.

Tanto o Trabalho Socioambiental quanto o Trabalho de Organização Social realizado pela CASAN são coordenados por um profissional de Serviço Social, logo, este possui atribuições<sup>19</sup>, tais como:

- Coordenar o trabalho socioambiental desde a elaboração, implementação e avaliação das ações junto às comunidades beneficiadas;
- Supervisionar técnicos socioambientais de empresa contratada para a realização do trabalho socioambiental;
- Treinar equipes técnicas socioambientais para o trabalho socioambiental “in loco” nas comunidades;
- Analisar, atestar e dar pareceres técnicos sociais nos relatórios mensais das contratadas, visando a liberação dos recursos financeiros para as obras junto a Caixa Econômica Federal, conforme manual do Ministério das Cidades;
- Controlar mensalmente o desembolso financeiro do trabalho socioambiental; Supervisionar e orientar os técnicos sociais das Prefeituras associadas à CASAN em projetos de trabalho técnico socioambiental;
- Preparar relatórios mensais, para conhecimento da organização sobre os contratos em andamento; Participar da comissão do comitê do PAC;
- Trabalho de organização social em barragens, conforme exigências do manual do Ministério da Integração Nacional e;
- Participar da Comissão ou Comitê de Acompanhamento de Barragem.

No presente ano de 2012, o Serviço Social desenvolve e acompanha sete projetos socioambientais, sendo eles: PAC-Campeche, que está em andamento desde 2008; PAC-Mafra; PAC-Laguna; PAC II-Criciúma; PAC II-Biguaçu; PAC II- Rio do Sul; e PAC II-Concórdia, sendo que, com relação a estes projetos, estão sendo iniciados os processos de licitação para a contratação da empresa executora.

O planejamento sempre esteve presente no Serviço Social, desde a formação até a prática profissional. Contudo, antes do movimento de reconceituação, o planejamento se delineava como um processo em que a tomada de decisão se caracterizava como ordenada e racional, apresentando uma tendência mais técnica do que uma conscientização crítica acerca da realidade visando à transformação. Posteriormente é que o planejamento passou a ser visto e utilizado como método e instrumento. Segundo Barbosa (1991), o Encontro de Araxá contribuiu para que se introduzisse o ensino da disciplina de Planejamento nos cursos de Serviço Social, e a partir de então o planejamento foi reconhecido como nível de intervenção da profissão, evidenciando-se a participação da população nos processos. Atualmente, o assistente social é tido como um agente facilitador do processo de participação das comunidades no planejamento.

---

<sup>19</sup> Documento avulso, sem autoria e sem data, mas utilizado como referência para o desenvolvimento do trabalho na CASAN/DIAPC.

Sintetizando, ao realizar um planejamento, o Serviço Social deve fazer uma leitura crítica acerca da realidade, procurando identificar as “condições subjetivas do ambiente”, que consistem no jogo de vontades políticas dos grupos envolvidos, na correlação de forças e na articulação do grupo, superando, assim, a tendência técnica do planejamento. A leitura da realidade proporciona um conhecimento que facilita o estabelecimento de parceria com as comunidades. Referindo-se a esse aspecto, o Sujeito C destaca:

*“Se houvesse uma vontade política de trabalhar com a comunidade em parceria, as necessidades da comunidade poderiam ser ouvidas pelo Serviço Social e a educação socioambiental a respeito do saneamento da região deveria ser um trabalho realizado junto e para os moradores. Com base nas leis ambientais, o Serviço Social deveria instruir e orientar a comunidade para que houvesse um maior respeito ao ambiente (às nascentes, às matas ciliares, ao lençol freático) e um melhor aproveitamento dos mananciais e do lençol freático”. (Sujeito C)*

As questões da política urbana e do meio ambiente são temas contemporâneos que surgem como demandas para o Serviço Social e que devem ser incluídos no processo de formação. Os profissionais devem atuar nesses processos com a perspectiva de mobilizar a população a lutar pela garantia dos seus direitos à cidade e pelo acesso aos bens naturais. Ao atuar junto à população no que se refere às expressões da questão urbana e ambiental, uma alternativa que se apresenta ao profissional do Serviço Social é propor um trabalho interdisciplinar, de forma a articular, junto com outros profissionais, propostas capazes de mobilizar as comunidades na luta pela garantia do direito ao saneamento e, conseqüentemente, ao meio ambiente equilibrado.

O Serviço Social da CASAN, no início do processo, formou uma Comissão, a fim de mobilizar a comunidade e discutir o projeto Socioambiental, conforme destaca o Sujeito A:

*“Logicamente que eles formaram uma Comissão, integrada por pessoas de formação adequada ao processo, todos tiveram boa vontade, mas por determinações de seus superiores influenciaram no desdobramento, evidenciando de que não havia condição da*

*comunidade participar, eles também sentiram-se enfraquecidos nessa situação”. (Sujeito A).*

Mas fica evidente, nesta fala, que o Serviço Social é uma atividade que depende também das instituições empregadoras e que dispõe somente de uma relativa autonomia no exercício do seu trabalho. É bem verdade que se busca superar a visão disciplinadora e controladora dessas instituições quanto ao valor de uso da força de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2011). Sendo assim, faz-se necessário que o assistente social contribua na elaboração do planejamento da instituição, visando garantir a participação dos sujeitos nos diversos processos, isto é, tornando-os participativos.

O tema da participação vem conquistando espaços na atualidade, sendo um desses espaços o processo de planejamento, uma vez que o interesse em participar tem se generalizado nos últimos anos. A participação vem sendo apresentada como um “processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo” (SOUZA, 2004, p.87). A palavra participação deriva da palavra parte, no sentido de fazer parte, tomar parte ou ter parte, considerando-se a participação como uma atividade inerente à natureza social humana (BORDENAVE 1994).

Referindo-se à participação, Demo (2001, p. 28) a define como:

A capacidade de a sociedade conseguir expressar suas necessidades de forma organizada, através dos vários níveis possíveis de organização. A organização em torno de interesses é o que nos diz respeito aqui, mas há outras formas certamente a começar pela organização comunitária, que inclui a ótica dos interesses, mais vistos a partir de um lugar, ou seja, de modo localizado espacialmente.

Já Gandin (1997) destaca a participação, na perspectiva do planejamento, como uma forma de distribuição do poder. Existem diversas maneiras de participar, e uma delas é a participação concedida. De acordo com Bordenave (1994, p.29), o planejamento participativo “não é mais que um tipo de participação concedida, e às vezes faz parte da ideologia necessária para o exercício do projeto de direção-dominação da classe dominante”, sendo que a ideologia dominante tem como finalidade restringir a participação dos indivíduos a “grupos baseados em relações sociais primárias”, criando, assim, uma participação ilusória. Entretanto, o planejamento oferece perigos, pois pode ser caracterizado como uma forma de dominação do povo. Bordenave (1994) destaca que o planejamento participativo constitui um avanço e tem seu lado positivo, porque permite o crescimento da consciência crítica e da

capacidade de tomar decisões e de adquirir poder, sendo que esta participação significa uma construção conjunta das propostas.

O planejamento participativo constitui-se como uma ferramenta para intervenção na realidade, devendo servir para a construção da sociedade e, neste sentido, inclui, como sua tarefa, o ato de colaborar para a construção de novas direções e dos valores que constituirão as sociedades. Discorrendo sobre o tema, Gandin (2001, p. 88) afirma:

O planejamento participativo tem uma visão própria de participação. Ele nasce a partir da análise situacional que se vê uma sociedade organizada de forma injusta, injustiçada esta se caracteriza pela falta de participação. Neste contexto, participação (...) é a possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana (...) a falta de uma ferramenta de planejamento que pudesse contribuir para um esforço nesta direção; então participação no planejamento participativo inclui distribuição de poder, inclui possibilidades de decidir na construção não apenas do ‘como’ ou do ‘com que’ fazer, mas também do ‘o que’ e do ‘para que’ fazer, além disto, o planejamento participativo contém técnicas e instrumentos para realizar essa participação.

Julga-se conveniente destacar também aqui a fala de um dos sujeitos do Campeche:

*“Entendemos que a participação da comunidade em parceria com os referidos órgãos públicos é fundamental, em trabalho de tamanha importância para os moradores da região por este motivo nos dispusemos a contribuir em continuidade aos nossos trabalhos habituais desenvolvidos em prol do Campeche, no entanto no decorrer da montagem do Projeto verificamos que a participação da comunidade foi se tornando uma meta cada vez mais distante (...) Os moradores se deram conta que a participação comunitária continua em último plano para os órgãos públicos em geral, sendo cosmética e adotada para neutralizar a sua presença, considerada informal e desnecessária nas obras que deverão beneficiá-la.”*  
(Sujeito A).

Os segmentos organizados do Campeche lutaram pelo “desafio de criar um futuro com sua vontade (...)”, mas no decorrer do processo, eles verificaram que suas propostas contradiziam as intenções da Companhia, o que tornou difícil a construção e a decisão acerca da proposta de trabalho. Os órgãos públicos visam à participação apenas como uma colaboração para a construção de propostas; o nível de decisão só é aberto à participação quando diz respeito a aspectos particulares e menores. Resumindo, a comunidade do

Campeche foi chamada a participar do processo de elaboração do projeto socioambiental, debateu propostas, contribuiu para este processo, mas não foi ouvida pela Companhia, que consolidou seu projeto sem a participação comunitária.

Como bem destaca Demo (2001, p. 44), “mesmo o planejamento participativo pode tornar-se mera legitimação do poder, à medida que reproduzir apenas uma falsa participação”. O autor ainda salienta que a maioria das propostas de planejamento participativo evita a participação efetiva, no sentido de uma estratégia de desmobilização.

Nessa perspectiva, o Sujeito A assim se pronuncia:

*“No decorrer da montagem do Projeto verificamos que a participação da comunidade foi se tornando uma meta cada vez mais distante sem que ela tenha procurado essa situação (...) verificou-se que a participação comunitária seria deficiente, embora a nossa vontade de contribuir fosse da melhor forma possível, com respeito à dignidade merecida por todos os habitantes do Distrito do Campeche para a qualidade de vida da comunidade”. (Sujeito A)*

A realidade apresenta uma restrição na implantação da gestão democrática, impondo limites à participação comunitária, principalmente nos nível decisório. O governo busca apenas o consentimento das comunidades e não o debate e a construção coletiva das propostas. A partir disto, verifica-se que os princípios da democracia se efetivam minimamente. As falas seguintes corroboram esta afirmação:

*“Não queremos projetos prontos, queremos participar da elaboração”. (Sujeito B)*

*“Tínhamos receio que os objetivos propostos pela CASAN, não fossem os objetivos que a comunidade queria que era realmente trabalhar junto e fazer algo participativo e não meramente assinar em baixo do projeto dos outros”. (Sujeito D)*

Os sujeitos buscaram uma participação no sentido da construção em conjunto, uma construção que ocorresse de “baixo para cima”, que permitisse a participação de todos e que

ao mesmo tempo trouxesse o conhecimento de cada um, unindo forças a fim de consolidar a melhor proposta para a comunidade, atendendo suas demandas de forma coletiva.

Para completar as reflexões sobre o tema, cabe destacar os três níveis do planejamento participativo, que são: colaboração, decisão e construção em conjunto.

O nível de participação a partir da colaboração faz com que as pessoas se esforcem, trabalhem com vigor, sem discutir quais os benefícios que o trabalho proporcionará à comunidade (GANDIN 2001, p. 89), como se observa no seguinte depoimento:

*“Então vamos discutir, vamos sentar na mesa, conversar o sistema, com a participação e não venham para nós com projeto pronto (...) Nós queremos elaborar, discutir o detalhe do projeto, nós queremos colaborar como sociedade”. (Sujeito B).*

O nível de decisão apresenta uma perspectiva democrática mais acentuada. Gandin (2001, p. 89) destaca que “o ‘chefe’ decide que todos vão ‘decidir’; leva, então, algumas questões a um grande plenário ou a alguns grupos e manda que todos decidam”. Cabe lembrar que os aspectos decididos são menores, desconectados da proposta ampla, não afetando o que é importante para a empresa.

Finalmente, o nível da construção em conjunto ocorre quando o poder está com a comunidade e somente assim, destaca Gandin (2001 p.89),

pode-se construir um processo de planejamento em que todos, com o seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam seus problemas, suas ideias, seus ideais, seu conhecimento de realidade, suas propostas e ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado.

O planejamento participativo visa contribuir para a transformação da sociedade na linha da justiça social, de modo que todos possam participar das decisões (Bonder, 2004, p. 74).

Há três questionamentos que orientam as buscas por um caminho, ou seja, para definir alternativas de ação dentro das instituições em que os assistentes sociais atuam. São eles: O que podemos fazer? Quais as possibilidades de êxito e as nossas limitações? E como podemos realizar o que nos foi proposto? Ao responder estas questões, o profissional de Serviço Social está definindo suas ações e atribuindo-lhes um objetivo. Se os cidadãos

souberem o que querem alcançar, será fácil definir como irão alcançar tal objetivo, mediante a organização e o planejamento de suas ações. (TÓBON; ROTTIER; MANRIQUE, 1998).

Em resumo, para definir como vai atuar, o assistente social necessita conhecer o espaço no qual irá atuar e os aspectos institucionais; somente então poderá contribuir para viabilizar a participação comunitária nas decisões institucionais amplas, democratizando os espaços, buscando garantir a consolidação de seu projeto ético-político e uma cultura política participativa.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa exploratória realizada acerca da participação dos moradores do bairro Campeche, localizado em Florianópolis/SC, no que se refere ao desenvolvimento do projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário e Socioambiental proposto pela CASAN e às demandas postas para o Serviço Social, teve o intuito de investigar os motivos da resistência por parte dos segmentos organizados do Campeche na consolidação destes projetos. Para tal, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com as lideranças comunitárias do bairro, objetivando conhecer as causas da sua resistência, seu conhecimento em relação às propostas apresentadas pela CASAN e sua avaliação quanto aos projetos e às demandas para o Serviço Social.

Em Florianópolis/SC, o saneamento básico se destaca negativamente, não atingindo um índice de cobertura significativo, o que traz diversas implicações, principalmente para a saúde pública. Este quadro se agrava com o crescimento desordenado das cidades, uma vez que o saneamento básico, especificamente o esgotamento sanitário, não acompanhou o crescimento acelerado da cidade e da população, gerando extrema desigualdade no acesso a este direito. O Governo aponta como alternativa para a má gestão pública, frente ao desenvolvimento dos serviços de saneamento básico, a privatização da Empresa executora destes serviços, acreditando que esta privatização irá qualificar os serviços prestados à população, fortalecendo, assim, a ideologia neoliberal.

Os investimentos do Estado nesta modalidade são insuficientes e mal distribuídos, não atingindo o objetivo de aumentar o índice de cobertura, especificamente em particular, de esgotamento sanitário que, dentre os serviços que o saneamento engloba, é o mais deficitário. Esta é uma área que traz uma herança de exclusão da população vulnerável, gerando desigualdade no acesso a este direito universal. Com a privatização do órgão executor do saneamento básico, os programas e projetos direcionados ao atendimento das populações vulneráveis sofrem grande risco, visto que as prioridades são os lucros. Nesse sentido, faz-se necessário promover a valorização da gestão pública, e ainda investimentos contínuos e suficientes, qualificando a aplicação dos recursos, a fim de aumentar a eficiência deste serviço, priorizando o atendimento à população que é desprovida de saneamento básico. E principalmente, contar com o controle social, de modo a fiscalizar as ações e evitar o desvio dos recursos destinados ao saneamento básico.

Na pesquisa realizada, foi possível compreender o motivo pelo qual a população do Campeche apresentou resistência aos projetos apresentados pela CASAN, visto que há uma incompatibilidade de ideias e objetivos no âmbito do saneamento básico e meio ambiente. A população apresenta um alto nível de politização, possuindo uma consciência crítica acerca dos seus direitos e deveres políticos, o que fortalece a participação da comunidade nos diversos processos, lutando em prol das transformações urbanas, visando promover qualidade de vida à população. Outro aspecto destacado pelos sujeitos em relação à resistência foi a redução dos custos no projeto socioambiental, que foi uma redução significativa, dificultando o desenvolvimento do projeto com eficiência e qualidade.

Encontraram-se diversos elementos passíveis de serem analisados. Nesse sentido, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre planejamento, especificamente o planejamento urbano e o participativo, explicitando que estes elementos surgem como demandas para o Serviço Social. Além disso, buscou-se verificar como o assistente social atua nestas áreas consideradas como desafios contemporâneos. Verificou-se, no âmbito do Serviço Social, que as áreas de atuação relacionadas ao planejamento urbano e participação ainda apresentam deficiência, visto que estes são colocados como temas transversais a outras temáticas abordadas pelo Serviço Social. Outro aspecto verificado foi o de que as atividades desenvolvidas não dependem apenas do assistente social, mas também das instituições envolvidas neste processo, o que burocratiza e dificulta a participação da população.

O Estado, nessa situação analisada, busca a participação dos segmentos apenas para ouvir as propostas e consentir, não permitindo uma construção coletiva acerca dessas mesmas propostas em nível deliberativo e decisório.

O Serviço Social busca contribuir, mobilizando as comunidades para participarem desses processos, articulando e mediando as necessidades e os interesses dos sujeitos no âmbito coletivo, visto que a participação no planejamento urbano e a consolidação da gestão democrática das cidades vêm a ser um direito e uma responsabilidade de cada cidadão. A participação, de modo geral, fortalece a democracia.

Há necessidade do profissional de Serviço Social se apropriar da temática urbana, sendo esta uma questão política que perpassa o debate da democracia e a participação da sociedade nas decisões. O assistente social necessita compreender a correlação de forças presentes, a fim de facilitar o diálogo entre a população e instituições, objetivando a participação da sociedade no nível deliberativo.

Com esta pesquisa, que contribuiu muito para meu processo de formação, foi possível me aprofundar, ainda que brevemente, na temática urbana, e verificar seus limites e

possibilidades, visualizando, nas entrevistas realizadas, a importância da participação em todo o processo. A partir da pesquisa também tive a oportunidade de constatar que o planejamento participativo vem sendo colocado como um desafio para o Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO DE SAMBAQUI. **“Tomada do TAC”**. Março, 2010. Disponível em: <http://abssambaqui.blogspot.com.br/>. Acessado em 09 de maio de 2012.

ANDERSON, Perry; THERBORN, Göran; BORON, Atilio; SADER, Emir; SALAMA, Pierre. **A trama do Neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social**. In: Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático, p. 54-62. São Paulo: Editora Paz e Terra, 4ª Ed, 1998.

BARBOSA, Mário da Costa. **Planejamento e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 4º Ed, 1991.

BNDES, Secretaria de Assuntos Econômicos. **A importância do PAC para os investimentos entre 2007 e 2010**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/rafafla81/d/67673646-PAC> - Acessado em: 20 de abril de 2012.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3º Ed, 1994.

BONDER, Cintia. **O assistente social e o planejamento participativo**. In: Serviço Social e Sociedade, n.78. São Paulo: Cortez, 2004.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 8ª Ed, 1994.

BRASIL. **Lei nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br> Brasília, setembro/1990.

BRASIL. **Lei de Regulamentação da Profissão**. Lei 8662. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/> Brasília, 7 de junho de 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.795**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Brasília, abril/1999.

BRASIL. **Lei nº 11.445**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Brasília, janeiro/2007.

BRASIL. **Lei nº 10.257**. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Brasília, julho/2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 3ed. Brasília, 2007.

BRAZ, Marcelo. **O PAC e o Serviço Social: Crescimento para que e para quem?** In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano XXVI, n. 91, p.49-61, 2007.

BURGOS, Raul. **Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais.** Observações a partir de um estudo de caso. In Democracia Sociedade Civil e Participação. Chapecó Argos, 2007.

CAERN. **Emissários Submarinos.** Governo do Rio Grande do Norte – Assessoria de comunicação social. Sem data. Disponível em: [http://www.caern.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/caern/arquivos/pdf/emissario\\_submarino.pdf](http://www.caern.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/caern/arquivos/pdf/emissario_submarino.pdf)

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL . **Caderno de Orientação Técnica Social.** 2004.

CAMPECHE. **Bairro Campeche.** Abril, 2008. Disponível em: <http://campecheFloripa.blogspot.com.br/> Acessado em: 09 de maio de 2012.

CASAN. **Índice de atendimento urbano de esgoto e população urbana servida.** Outubro/2011.

CASAN. **Memorial Descritivo. SES do Campeche.** Volume I. Abril/2005.

CASAN. **A Companhia.** Disponível em: [www.CASAN.com.br](http://www.CASAN.com.br) – Acessado em: 14 de abril de 2012.

CASAN. **Ata da ducentésima sexagésima (260) reunião do Conselho de Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.** Março/2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Informações municipais – Florianópolis/SC.** Disponível em: [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br) – Acessado em: 14 de abril de 2012,

DEMO. Pedro. **Participação É Conquista: noções de política social.** São Paulo: Cortez, 5ª Ed, 2001.

DOMINGUES, Edson Paulo; VIANA, Francisca Diana Ferreira; OLIVEIRA, Heder Carlos. **Investimentos em infra-estrutura no Nordeste: projeções de impacto e perspectiva de desenvolvimento.** Texto para discussão nº 319. UFMG, 2007. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20319.pdf> Acessado em: 17 de maio de 2012.

DRAIBE. Sônia Miriam. **Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas.** Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – UNICAMP, Caderno de Pesquisa nº 08. Campinas/SC, 1993.

DURÃO. Jorge Eduardo Saavendra. **O PAC e o Brasil sustentável e democrático.** Fórum brasileiro de economia solidária. Maio, 2007. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/> Acessado em: 23 de junho de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Projeto Lei nº 0236.8/2011.** Dispõe sobre a alienação de participação minoritária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN. 2011.

FAGUNDEZ, Ingrid; MARIANO, Rayani; LATROVA, Camila. **Após seis anos e uma discreta atuação, SC Par muda para atrair investimentos**, setembro, 2011. Disponível em: <http://www.economiasc.com.br/index.php?cmd=entrevistas&id=466> Acessado em: 14 de junho de 2012.

FAGUNDES, Júlia Ribes. **As mudanças de zoneamento urbano em Florianópolis: processos, atores e contradições**. UFSC, 2007.

FERNANDES, Luís. **Neoliberalismo e reestruturação capitalista**. In: Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático, p. 54-62. São Paulo: Editora Paz e Terra, 4ª Ed, 1998.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. **A gestão democrática da cidade**. Setembro de 2010. Disponível em: [www.forumreformaurbana.org.br](http://www.forumreformaurbana.org.br) Acessado em: 14 de junho de 2012.

GANDIN, Danilo. **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade**. In: Currículo sem Fronteiras. V.1, n.1, pág 81-95. Porto Alegre, jan/jun, 2001.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Rio de Janeiro: Vozes, 3ª Ed, 1997.

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2ed, 1989.

GAWRYSZEWSKI. Bruno. **PAC e o Estado brasileiro: revisitando o mito desenvolvimentista**. Núcleo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa sobre Marx e Marxismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2011/TrabalhosPDF/AMC172F.pdf> Acessado em: 23 de junho de 2012.

HELLER. Daniela. **A ampla concepção de regularização fundiária: um caminho para as cidades sustentáveis**. PUC/RS, 2009. Disponível em: [http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2009\\_2/daniela\\_heller.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2009_2/daniela_heller.pdf) Acessado em: 23 de junho de 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 3ª Ed, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 6ª Ed, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 21ª Ed, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 14ª Ed, 2001.

MARSHALL, Thomas Humphrev. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar , 1967.

MATUS. Calos. **Política, planejamento e governo**. IPEA, Brasília, 1993.

MCQV. **Seminário do Plano Diretor Participativo do Campeche**. Maio/2011.

MINISTÉRIOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família**. Brasília/DF, s/d. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acessado em: 20 de abril de 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Manual para apresentação de propostas – Programa serviços urbanos de água e esgoto**. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Slides de Apresentação. Janeiro/2007. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122\\_PAC\\_medi das\\_institucionais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medi das_institucionais.pdf) Acessado em 17 de maio de 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Implantação do SES no bairro Campeche – Redes coletoras e estações elevatórias de esgotos – Florianópolis/SC**. dezembro, 2001. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/obra/23278> - Acessado em: 20 de abril de 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Seis municípios de SC receberão obras de saneamento básico**. abril, 2012. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/67a0fb72> - Acessado em: 20 de abril de 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento econômico e social**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/investimentos/> Acessado em 20 de abril de 2012.

MOVIMENTO SANEAMENTO ALTERNATIVO. **Esgotamento Sanitário**. Disponível em: <http://MOSAL-movimentosaneamentoalternat.blogspot.com.br/> Acessado em: 13 de maio de 2012.

NÚCLEO ESTADUAL DE SANTA CATARINA DA CAMPANHA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO. **A cidade é sua! Plano diretor participativo**. 1ª Ed. Florianópolis, dezembro, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. **Neoliberalismo à brasileira**. In: Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático, p. 24-28. São Paulo: Editora Paz e Terra, 4ª Ed, 1998.

PORTAL BRASIL. **PAC Cidade Melhor**. Disponível em: [www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-cidade-melhor](http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-cidade-melhor) - Acessado em: 20 de abril de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico**, abril/2009. Disponível em: [www.pmf.sc.gov.br](http://www.pmf.sc.gov.br) – Acessado em: 14 de abril de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar nº 001/97**. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo no Distrito Sede de Florianópolis. Florianópolis, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Lei Municipal 7474/2007**. Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico. Florianópolis, 2007.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Balanco de governo 2003-2010**. dezembro, 2010. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br> – Acessado em 20 de abril de 2012.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Fome Zero**. Brasília/DF, s/d. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br>. Acessado em: 20 de abril de 2012.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 107, p.420-437. São Paulo: Cortez, jul/set, 2011.

SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina**. In: Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático, p. 35-38. São Paulo: Editora Paz e Terra, 4ª Ed, 1998.

SANTOS, Ubiratan Félix Pereiras dos. FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos. **Entendendo o saneamento ambiental no Brasil**. Cartilha Fisenge. julho, 2007.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidências e exigibilidade pelo direito à cidade**. Cadernos da FNRU nº 1. Rio de Janeiro, 2009.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SC. **Venda da CASAN – A sociedade catarinense vai pagar a conta**. Setembro, 2011. Disponível em: <http://sinteste.org.br> Acessado em 14 de abril de 2012.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 8ª Ed, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **População 2011 – Centro de saúde do Campeche** – Distrito Sanitário Sul. 2011. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidades\\_saude/populacao/uls\\_2011\\_index.php](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidades_saude/populacao/uls_2011_index.php) Acessado em 09 de maio de 2012.

TIRELLI, Janice; BURGOS, Raul; BARBOSA, Teresa. **O campo de peixes e os senhores do asfalto: memórias das lutas do Campeche**. Editora Cidade Futura. Florianópolis, 2007.

TÓBON, María Cecilia. ROTTIER, Norma. MANRIQUE, Antonieta. **La práctica profesional Del trabajador social (Guía de análisis)**. Editorial Hvmanitas/Centro latino americano de trabajo social. Buenos Aires, 1998.



## APÊNDICE A

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócio Econômico

Departamento de Serviço Social

Acadêmica: Ana Laura Pacheco Alves

Orientadora: Maria Teresa dos Santos

### **PAC-Campeche: participação dos moradores e demandas para o Serviço Social**

- Nome do participante:
- Data de nascimento:
- Trabalho/ocupação:
- Naturalidade:
- Procedência anterior a Florianópolis:
- Qual movimento/entidade/associação participa? Quanto tempo? Possui algum cargo no movimento/entidade/associação?

#### Questões

1. Você conhece a proposta do PAC-Campeche? Como tomou conhecimento do Projeto? Qual sua avaliação acerca do mesmo?
2. Como a proposta foi recebida pelos moradores e pelo Movimento Campeche Qualidade de Vida – MCQV?
3. Quais foram às ações do Movimento Campeche Qualidade de Vida – MCQV em relação ao Projeto? Como avalia a participação do Movimento?
4. O Serviço Social da CASAN poderia contribuir com a população do Campeche neste Projeto? Porque/Como?

## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO N°:

Por este documento você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que integrará o Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social que traz como título: **PAC/Campeche: participação dos moradores e demandas para o Serviço Social** orientado pela Prof<sup>a</sup>. Maria Teresa dos Santos. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a participação dos moradores do Campeche no Projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário e o Socioambiental proposto pela CASAN, instituído pelo PAC e as possíveis demandas para o Serviço Social. Este trabalho consiste numa pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, acreditando-se que disponibilizará dados de fundamental importância para pesquisas posteriores, bem como, possibilitando uma intervenção crítica do assistente social e um compromisso com a população beneficiada deste serviço, auxiliando o planejamento de novos projetos e programas nesta área.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.
- e) Garantia, aos participantes únicos da pesquisa, de cuidado especial para não identificá-los na divulgação dos resultados.

Você receberá uma cópia deste termo em que constará o telefone dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

*“Eu \_\_\_\_\_ portador do RG nº \_\_\_\_\_, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, responsáveis por esta pesquisa”.*

Florianópolis,        de        de 2012.

---

Assinatura do participante

Telefones: Departamento de Serviço Social: 3721-9540  
Entrevistador (a): Nome: Ana Laura Pacheco Alves Tel: (48) 8463-3904

## APÊNDICE C



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – UFSC/CSE/Departamento do Curso de Serviço Social, e como representante legal da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tomei conhecimento do projeto de pesquisa: **PAC/Campeche: participação dos moradores e demandas para o Serviço Social**, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Florianópolis, 25 de maio de 2012.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Osny Souza Filho'.

**Osny Souza Filho**

Diretor de Planejamento e de Relações  
com o Poder Concedente - CASAN

Matriz  
Rua Emílio Blum Nº 83 - Centro - Florianópolis - SC  
INSC. EST.: 251.835.880 - CNPJ: 82.508.433/0001-17  
PABX GERAL: (48) 3221-5000 - FAX GERAL: (48) 3221-5044  
CEP: 88020-010

ADP-01776



## APÊNDICE D

# Fala Campeche

Ano 9 - nº 19 - JUNHO de 2006

Uma publicação dos moradores do bairro

Campeche - Ilha de Santa Catarina

Distribuição Gratuita

## RESISTÊNCIA



**Conselho Popular da Planície do Campeche  
chama moradores para reelaborar nosso Plano Diretor**

Página 3



**O Fala  
Campeche  
pia há nove  
anos**

Edmundo Faria

**Jovens na vanguarda da luta  
pelo transporte público**

Página 8

**Ligue-se na Rádio Campeche 104.9 FM**

Página 2

**Restingas são alvo de destruição na Ilha**

Página 6

**O que a meninada do bairro quer**

Página 5

**APÊNDICE E**

# **Seminário sobre o Plano Diretor Participativo do Campeche**

**A prefeitura se prepara para  
lançar novas propostas.**

**Vamos defender o plano feito  
pela Comunidade!**

**O Plano da Comunidade apresenta  
propostas sobre:**

- Áreas de preservação ambiental;
- Zoneamento: uso e ocupação do solo;
- Saneamento Ambiental;
- Sistema viário e mobilidade urbana;
- Preservação da cultura local;

**O que o Campeche quer?**

- Demarcação, respeito e fiscalização dos recursos naturais;
- Que não haja inchaço populacional;
- Não à verticalização do Campeche, no máximo 2 andares sem incentivo;
- Alternativa de saneamento descentralizado, não ao emissário submarino;
- Previsão de ciclovias e melhoria do transporte público;
- Política de proteção à cultura, história e arqueologia locais;
- Criação do Parque Cultural do Campeche – PACUCA

**SÁBADO 21 de maio – 8h30**  
**Salão Paroquial da Capela São Sebastião**  
**Organização: Núcleo Distrital do Campeche**  
**Plano Diretor Participativo**

**[www.campeche.org.br](http://www.campeche.org.br)**

**APÊNDICE F**

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

**PROJETO DE PESQUISA**

---

<b>Título:</b> PAC Campeche: participação dos moradores e	<b>Versão:</b> 1
<b>Pesquisador:</b> Maria Teresa dos Santos	<b>CAAE:</b> 01136512.4.0000.0121
<b>Instituição:</b> Universidade Federal de Santa Catarina	

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO**

---

**Número do Comprovante:** 005959/2012

Informamos que o projeto PAC Campeche: participação dos moradores e demandas para o Serviço Social que tem como pesquisador responsável Maria Teresa dos Santos, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC em 23/04/2012 às 14:17.